



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 – Nº 655 – DE 9 A 23 DE JANEIRO DE 2022 – R\$ 4,00

Inicia-se o ano de 2022

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta!

Desemprego, subemprego, pobreza e miséria continuarão causando fome

- Pela redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários
- Implantação da escala móvel das horas de trabalho
- Recuperação das perdas salariais
- Reajuste de acordo com a alta do custo de vida
- Pelo salário mínimo vital
- Revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária
- Reestatização das empresas privatizadas, sob o controle operário da produção
- Unir empregados, desempregados e subempregados, operários e camponeses, em um poderoso movimento

Combatamos pela independência organizativa e política dos sindicatos!

Lutemos sob a bandeira do governo operário e camponês, da revolução e ditadura proletárias!

Todo empenho na tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário!



103 anos dos assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo

Honremos a memória dos revolucionários, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional



Inicia-se um novo ano Ou os explorados reagem, ou pagarão ainda mais caro pela decomposição do capitalismo

O ano de 2021 se encerrou com um crescimento da economia brasileira que mal repôs a queda de 2020. A previsão para o ano que se inicia é sombria: pode ficar abaixo de 1%. Significa que a taxa de desemprego continuará alta, podendo alcançar taxas tão elevadas como as do ano passado, avançará o processo de informalização nas relações de trabalho, e a inflação reduzirá ainda mais o valor da mão-de-obra. O reajuste 10,04% do salário mínimo impõe maiores dificuldades de sobrevivência a milhões de famílias.

Nem o velho “Bolsa Família, nem o novo “Auxílio Brasil”, é capaz de proteger os miseráveis da fome. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro – trabalhista e previdenciária – levantaram poderosos obstáculos ao crescimento econômico, que vem cambaleando, desde a crise de meados dos anos de 1970 e dos anos 1980. O retorno da inflação nas condições de depressão salarial e a alta dos juros punem a maioria oprimida, e deprimem a economia. A diminuição do desemprego, que passou de 14,5%, em 2020, para 13%, em 2021, não modificou muito a situação dos trabalhadores,

postos de trabalho. Em 2020, a indústria teve uma queda de 3,5%, o que representou demissões massivas.

Nesse quadro adverso ao trabalhador, que sobrevive da venda de sua força de trabalho aos capitalistas, se encontra a explicação do bárbaro fenômeno de 13 milhões de jovens sem nem trabalhar, nem estudar; do aumento da discriminação ao trabalhador negro e à trabalhadora mulher.

Eis por que está plenamente colocada a disjuntiva: ou os explorados reagem, ou pagarão ainda mais caro pela decomposição do capitalismo. Decomposição que se reflete no fechamento de fábricas, na destruição de postos de trabalho, no aumento exponencial do desemprego e subemprego, na redução do valor médio da força de trabalho, e no avanço da miséria e fome.

O declínio do capitalismo no Brasil – uma refração da decomposição do capitalismo mundial – já tem um longo percurso, portanto, não começou com a Pandemia. Concomitante a esse processo de degradação econômica e social, se deu paulatinamente a regressão política e organizativa

da classe operária. A formação de uma burocracia pró-capitalista nos sindicatos, após o fim da ditadura militar, é responsável por obstaculizar e quebrar toda iniciativa de luta do proletariado. A política de colaboração de classes chegou ao seu ponto mais alto nesse período de pandemia.

As centrais e sindicatos se negaram a enfrentar os fecha-

mentos de fábrica, como a Ford e LG. Serviram de auxiliares ao governo, ao Congresso Nacional e aos capitalistas, na aplicação da MP 936. Anularam as campanhas salariais. E, finalmente, desativaram o movimento de rua pelo “Fora Bolsonaro”, abraçando o seu verdadeiro objetivo, que é o de se embrenhar na corrida eleitoral. As direções sindicais e políticas tudo farão para convencer os explorados que a única saída para a sua situação de pobreza e miséria se encontra nas eleições. Durante toda a Pandemia, fecharam as portas dos sindicatos. Há pouco, foram abertas, para servirem de aparatos de arregimentação eleitoral.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a árdua tarefa de defender o programa e a estratégia própria de poder da classe operária, em manter o combate em toda a linha contra as direções colaboracionistas e traidoras. Os explorados necessitam sair em defesa das suas condições elementares, a começar pelos empregos. É sobre a base dessa necessidade que a vanguarda trabalhará pelo caminho da ação direta e organização independente dos trabalhadores.

A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a árdua tarefa de defender o programa e a estratégia própria de poder da classe operária, em manter o combate em toda a linha contra as direções colaboracionistas e traidoras. Os explorados necessitam sair em defesa das suas condições elementares, a começar pelos empregos. É sobre a base dessa necessidade que a vanguarda trabalhará pelo caminho da ação direta e organização independente dos trabalhadores.

uma vez que boa parte dos novos postos de trabalho padeceu e padece da precarização e da informalidade.

A combinação da corrosão inflacionária dos salários com o aumento da precarização e informalização das relações trabalhistas – marcadas pelo impulso à terceirização – aprofunda o abismo existente entre a minoria que detém a maior parte da riqueza nacional e a maioria pobre e miserável. Há que ressaltar a maciça liquidação de postos de trabalho industriais, em parte compensados pelos postos de trabalho no comércio e serviço, os quais são infinitamente mais precarizados e informalizados.

O que os economistas denominam de “subutilização e desalento”, na realidade, correspondem à destruição em grande escala da força de trabalho. Em 2020, os desempregados e subempregados compuseram o universo de mais de 50% da força de trabalho. A tendência é a de continuidade do processo de diminuição de postos de trabalho industrial. Segundo o IBGE, de 2013 a 2019, portanto 6 anos, foram fechadas 28,6 mil empresas fabris, e liquidados 1,4 milhão de

Encontro de Lula e Alckmin

Quando a jornalista Mônica Bergamo anunciou a aproximação de Lula com o ex-governador de São Paulo (PSDB), causou indignação em parte da esquerda petista, e até mesmo a denúncia dos afeitos lulistas – alguns, supostamente trotskistas – de que se tratava de falsa notícia (fake news). O escracho de PCO à jornalista foi à raia da difamação. Para a sorte de Rui C. Pimenta, ninguém se importa com o palavreado espumoso de sua corrente. A sua militância anestesiada não se importa com a verdade ou mentira.

Não demorou para que a informação de Bergamo, que tem trânsito livre na alta cúpula do PT, se confirmasse. No dia 19 de dezembro, foram 500 convidados para o “Jantar pela Democracia”. Lula e Alckmin se abraçaram, como se fossem dois antigos correligionários. O ex-governador transparceu seu apreço a Lula, recebendo em troca efusiva consideração.

No encontro, compareceram Arthur Virgílio, que foi derrotado nas prévias do PSDB por João Doria, e Marcelo Freixo, ex-PSOL, hoje no PSB. Embora não se oficializasse a candidatura de Alckmin como vice de Lula, a aproximação foi significativa. O ex-peessedebista saiu

do partido e está para ingressar em outra agremiação, que pode ser o PSB ou o Solidariedade. Gilberto Kassab, do PSD, vem conversando com Alckmin, de maneira a sabotar a aliança, ou então influenciá-la. Tudo depende das definições sobre as candidaturas estaduais. Em São Paulo, se armou um imbróglio entre o PT e o PSB, que está difícil de de-



satur. Tudo indica, porém, que, se Lula mantiver os altos índices de apoio da população, os interesses de cada aliado serão ajustados. Diante de um quase vencedor, os acordos aparelhistas ficam mais simples de resolver.

Lula está obrigado a recorrer a forças políticas dos velhos partidos. Alckmin perdeu influência no PSDB de

São Paulo, mas continua sendo um interlocutor de peso com setores da burguesia paulista. A direção do PT sabe o quanto foi importante Lula ter como vice o empresário e evangélico José de Alencar, e, como presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, um homem vinculado ao capital financeiro. Mesmo tendo a situação econômica a seu favor, teve de passar pelo escândalo do “mensalão”, e enfrentar uma tentativa de montagem de um processo de impeachment. Dilma Rousseff não teve a mesma sorte. Seu governo se deparou com a emergência da crise econômica, mergulhou na crise política e acabou sendo defenestrado por um impeachment, no meio de seu segundo mandato.

O governo que suceder a Bolsonaro iniciará seu mandato com o País golpeado pela Pandemia, pela recessão, pelo alto desemprego e subemprego, e avanço da miséria e fome. Se a tendência eleitoral atual se confirmar, Lula terá de realizar um governo com pouca margem de manobra para fazer concessão aos explorados, e premido pelo grande capital a manter a linha das contrarreformas.

Em busca da federação partidária

A reforma eleitoral de 2017, no governo Temer, estabeleceu a “cláusula de barreira”, impondo um percentual de “representatividade” para manter seu registro. O argumento para a adoção dessa medida antidemocrática é o de que existem muitos partidos, e que boa parte deles não passa de nomenclatura sem ideologia e programa. Tratava-se, portanto, de cumprir um determinado número de votos e parlamentares obtidos.

A ideologia e o programa de qualquer partido burguês têm um só fundamento: garantir a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e acumulação de capital, e a ditadura de classe da minoria sobre a imensa maioria da população. A garantia de dominação de classe, todos os partidos cumprem. As diferenças dizem respeito a interesses particulares de frações, grupos e associações burguesas.

Chegou-se ao ponto de criarem partidos assentados em interesses especiais de igrejas. O Congresso Nacional se encontra loteado por bancadas, como a da “bala”, do “boi” e da “bíblia”. As divisões e subdivisões nos velhos partidos oligárquicos ocorrem, não só em torno de “causas” particulares e corporativas, mas também do montante de recurso público, destinado a manter o ordenamento partidário parasitário. Há um fundo partidário

rio e um fundo eleitoral que consomem bilhões de reais.

Os partidos terão, à sua disposição para as eleições de outubro, nada mais, nada menos, que R\$ 5,96 bilhões (1,06 bilhão para o fundo partidário e 4,9 bilhões para o fundo eleitoral). Houve um aumento de 92,5%, em relação a 2018.

O PSL, sigla que permitiu a eleição de Bolsonaro, e assim se potenciou do dia para a noite, é um desses partidos que se forjaram nesse processo artificial de divisão dos velhos partidos. Terá, a seu dispor, a fábula de R\$ 604,1 milhões (10,14% do montante). O PT garantiu o segundo lugar, com R\$ 594,4 milhões (9,97%). Os partidos ligados ao tronco do sistema oligárquico, como MDB, PSDB e DEM, ficarão respectivamente com 7%, 6,36% e 5,73%. O PSL e DEM se fundiram, constituindo o partido “União Brasil”. Assim, açambarcarão R\$ 941,81 milhões, ou 16,13% do total. Basta essa negociata, para se ver como o sistema partidário brasileiro está assentado em um rio de parasitismo, à custa da pobreza e miséria da maioria oprimida.

Em meio a essa questão, se aprovou o montante reservado às emendas parlamentares do orçamento secreto de Bolsonaro e do Centrão. São mais alguns bilhões, colocados à disposição dos governistas, principalmente, daqueles que os manipulam em

função dos grupos de interesses regionais e dos objetivos eleitorais. PSOL, PCdoB, Novo e Podemos votaram contra, mas vão tirar proveito do escandaloso fundo eleitoral e partidário. O PT se alegrou com o resultado, que fez jus ao seu voto favorável.

Desde 2014, o financiamento empresarial de campanha ficou proibido por lei, mas se sabe que, por debaixo do pano, tudo é permitido. Nada muda, quanto à influência dos grandes capitalistas sobre os partidos e as eleições.

Para completar esse quadro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a formação da Federação Partidária. É um meio para burlar o fim das coligações proporcionais, aprovado na Reforma Eleitoral de 2019. Nesse sistema, o voto massivo em um candidato podia eleger outro do partido coligado, nas eleições proporcionais de deputados e vereadores. A Federação Partidária faculta a união de vários partidos em uma espécie de coligação, com a diferença que os partidos federados terão de se manter unidos por quatro anos.

Tudo indica que o federativismo é um caminho para fusões, considerando que a cláusula de barreira tende a desabilitar um número cada vez maior de partidos, até chegar a um núcleo oligárquico completamente dominante. Essa recente decisão do TSE provocou uma corrida entre os partidos, principalmente nos considerados de esquerda ou centro-esquerda, como é o caso do PSOL, PCdoB, PV e Rede, que anunciaram a disposição de um acordo.

A Comissão Eleitoral do PT considerou oportuna uma fede-

ração com esses partidos, que fariam parte da governabilidade. O problema a ser resolvido está em como dispor as candidaturas em cada região. Tudo indica que o maior obstáculo imediato é o de como compatibilizar as candidaturas majoritárias para governador, e assim montar uma frente em torno a Lula. A dispersão do PSB e PDT seria prejudicial ao candidato do PT.

Os demais partidos, de direita e centro-direita, não se mostraram, pelo menos por enquanto, preocupados em constituir federações.

Essa movimentação se passa no mundo da política burguesa. O papel das esquerdas é o de envolver os sindicatos e movimentos populares. Não há um pinga de democracia nessa corrida pelos recursos e pela sobrevivência partidária. O aparato oligárquico da democracia burguesa condiciona e empurra as correntes de esquerda do espectro eleitoral a fazerem malabarismos, em nome dessa

mesma democracia e, desgraçadamente, dos trabalhadores.

A luta pela conquista da independência política do proletariado passa por revelar a impostura burguesa e pequeno-burguesa da política eleitoral, e da estratégia de substituir um governo burguês por outro, considerado mais democrático, popular e nacional. Passa por defender o programa próprio de reivindicações dos explorados, organizando o combate contra os capitalistas e seus governantes. Passa por desenvolver a estratégia própria de poder, propagandeando e popularizando a bandeira do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

Essa movimentação se passa no mundo da política burguesa.

O papel das esquerdas é o de envolver os sindicatos e movimentos populares. Não há um pinga de democracia nessa corrida pelos recursos e pela sobrevivência partidária.

Desoneração da folha de pagamento

Bolsonaro e o Congresso Nacional acertaram com o empresariado prorrogar a desoneração da folha de pagamento. Mais alguns bilhões de subsídios aos capitalistas serão mantidos, à custa do FGTS. Essa é uma das heranças malditas do governo de Dilma Rousseff (PT).

Em 2011, a petista inventou essa fonte de subsídio a quatro setores, que deixaram de recolher o FGTS, passando a pagar um imposto muito reduzido. Em vez de 20% sobre a folha de pagamento, recolheram de 1% a 4,5% sobre o faturamento. De quatro setores, a medida saltou para cinquenta e seis setores, em 2014. Calcula-se que, somente entre 2012 e 2015, a Previdência foi prejudicada em R\$ 28,8 bilhões.

A justificativa a tamanha sangria do FGTS foi de que os empresários beneficiados poderiam garantir os empregos. Mais tarde, reconheceu-se que apenas 17 setores empregavam grande contingente de mão-de-obra. E, finalmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou,

em 2020, que os capitalistas embolsaram os subsídios e não garantiram os empregos. Assim, a desoneração da folha de pagamento foi montada sobre a base de uma fraude.

Em 31 de dezembro, findaria esse escoadouro de bilhões, que deixaram de entrar no FGTS, e foram desviados para as contas dos exploradores. Bolsonaro e o Congresso Nacional editaram uma criminosa medida provisória (MP), que revogou a obrigatoriedade do Tesouro Nacional de compensar o valor sonegado ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Na ditadura civil de Temer, foi preparado mais um capítulo da reforma da Previdência, desta vez mais pesada, proporcionando uma economia para a União de quase R\$ 1 trilhão, em detrimento das condições de aposentadoria dos trabalhadores. Esse montante deu fôlego ao Orçamento do governo Bolsonaro, que concluiu a reforma previdenciária arquitetada por Temer. Já se fala que uma nova mudança no regime pre-

videnciário deve ser feita.

Nenhum subsídio aos capitalistas servirá como garantia de emprego e salário. Apenas servirá para agravar as contas da União, que arcam com o peso da gigantesca dívida pública e de toda sorte de parasitismo estatal. No final, quem paga pela crise são os explorados: milhões de desempregados, milhões de subempregados, milhões recebendo um salário mínimo de fome, milhões sobrevivendo na miséria, milhões dependendo do assistencialismo tipo “Bolsa Família”, agora transformado em “Auxílio Brasil”.

A burguesia e seus governantes descarregam todo o peso da decomposição do capitalismo sobre as massas impuneamente, uma vez que contam com a política de colaboração de classes dos partidos ditos de esquerda (PT, PCdoB, PSB, PDT, Solidariedade, PSOL) e de suas burocracias sindicais. Abaixo a desoneração da folha de pagamento! Em defesa de uma Previdência que de fato proteja os trabalhadores!

Fora o salário mínimo de miséria e fome de Bolsonaro! Por um salário mínimo real!

A previsão é de que, de R\$ 1.100, o salário mínimo irá a R\$ 1.212. O reajuste corresponde a 10,04%, índice de inflação baseada no INPC. Em 2021, Bolsonaro reajustou em 5,22%, mas o INPC foi de 5,45%. Ninguém se importou com a violação da norma constitucional. Segundo cálculos, com a essa diferença, o governo embolsou R\$ 702 milhões. Perderam os aposentados, pensionistas, segurados (seguro-desemprego) e Beneficiários de Prestação Continuada (BPC).

O fundamental está em que milhões de brasileiros que se enquadram em um desses casos não têm como viver com o salário mínimo de fome. O governo tem interesse em não elevar o valor do salário mínimo, porque o Tesouro é responsável pelos aposentados, pensionistas, etc.

Lula prometeu dobrar o salário mínimo. Não cumpriu.

Bastou o descenso do PIB no governo de Dilma, para que o critério de reajuste da inflação, mais um percentual do crescimento do PIB dos dois últimos anos, se tornasse desfavorável ao aumento real a conta-gotas. Com Temer e Bolsonaro, o reajuste inflacionário impôs regressão à já baixíssima capacidade de compra do salário mínimo, cujo maior valor alcançado foi em 1959.

Segundo os cálculos do Dieese, em dezembro de 2021, a cesta básica em São Paulo era de R\$ 673,45, mais da metade do salário mínimo. Para cobrir todos os gastos de uma família de quatro pessoas, o salário mínimo deveria ser de R\$ 5.969,17.

A luta contra a pobreza, miséria e fome passa pela defesa do salário mínimo real, reajustado automaticamente de acordo com a alta do custo de vida.

Eventos climáticos extremos são sintomas da desintegração capitalista

Desde o início de dezembro, temos acompanhado catástrofes climáticas, ao redor do globo. Nos Estados Unidos, mais de 30 tornados atingiram a região Sudeste e Centro-Oeste do país, causando destruição e morte por onde passaram. Nas Filipinas, um super-tufão já deixou mais de um milhão de pessoas desabrigadas. No Brasil, nos estados da Bahia e de Minas Gerais, as inundações já causaram mais de 20 mortes, e deixaram 315 feridos e 82 cidades em situação de emergência. Governantes afirmam que se trata da maior catástrofe pela qual passou o estado. Esses casos, caracterizados como eventos climáticos extremos, geram perdas sociais, materiais e econômicas, além de, conjuntamente, causar danos ao ambiente e à saúde das populações, propiciando o surgimento de doenças, que podem causar mortes imediatas e posteriores.

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas), organização científico-política da ONU, vem emitindo relatórios, ao longo dos anos, alertando sobre o aumento da incidência desses eventos extremos, climáticos e meteorológicos: elevação de temperatura, elevação no nível do mar, secas prolongadas, mudança no regime de chuvas, etc. O mesmo IPCC constatou que o aumento da incidência de tais eventos são resultados da elevação da temperatura global, causadas pela emissão de gases do efeito estufa na atmosfera terrestre. Dados apresentados no último relatório do IPCC mostram que a temperatura média da Terra pouco variou até 1850, quando, a partir desse período, houve uma elevação acentuada nunca registrada antes, e esse aumento se tem mantido com o passar dos anos.

O aquecimento global é sintoma da decomposição do modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, que, ao se defrontar com suas seguidas crises, cada vez mais profundas, vem avançando na destruição das forças produtivas e do meio ambiente. A mudança climática e os eventos climáticos extremos, resultantes do aquecimento global, ocorrem porque as multinacionais (grandes mineradoras, madeireiras e o agronegócio) ambicionam se apropriar das fontes de matérias-primas em áreas preservadas, ampliando com o intuito de recuperar parte de seus lucros. A consequência direta é a destruição dos

ecossistemas restantes nos países atrasados. A crise climática tende a potencializar o processo de estagnação, ou mesmo de destruição de forças produtivas, além de ampliar a magnitude das crises econômicas, o desemprego e a miséria de modo geral, que recaem essencialmente sobre os explorados desses países. O aquecimento global intensifica as adversidades que o proletariado e demais oprimidos já enfrentam no capitalismo. Por isso, a solução para esses problemas passa pela destruição desse sistema, e pela construção do socialismo.

Diante dessa perspectiva, a única luta consequente pela superação da crise climática é a luta pela superação do capitalismo, e, sendo a crise climática e o capitalismo problemas internacionais, sua superação depende da organização da classe operária em nível internacional. O que responde às falsas saídas dadas pelos organismos da burguesia, que propõem soluções nacionais, através de metas ambientais locais.

Sabemos que a resposta geral ao problema ambiental não responde à necessidade imediata da população que sofre com as enchentes e alagamentos; nesse sentido, é preciso exigir que as centrais sindicais e movimentos sociais levantem um movimento dos explorados, que exija dos governos federal, estaduais e municipais, que deixem de fazer demagogia e campanha eleitoral em cima da tragédia, e coloquem todos os recursos necessários para atender as famílias. Somente por meio da classe operária organizada e dos demais trabalhadores, é possível desmascarar a demagogia dos governantes, e exigir soluções concretas para o problema emergencial.

Assim, o POR defende como bandeiras contra a crise climática a imediata expropriação dos latifúndios, e entrega das terras aos camponeses; a soberania das nacionalidades indígenas; o controle operário da produção, empregos e escala móvel de horas de trabalho (condições para a conversão da produção); rechaçar as imposições de metas climáticas aos países semicolônias; o fim dos segredos comerciais e quebra das patentes, garantindo condições para a aplicação de alta tecnologia na produção, e redução da área utilizada pela produção agropecuária.

Resposta proletária às enchentes e tragédias

Há décadas que os moradores do Jardim da Conquista, Jd. Santo André e bairros vizinhos sofrem com o transbordo do córrego Caaguaçu. Todo ano, após as fortes chuvas, helicópteros sobrevoam a região, mostrando o mar de lama em que se tornaram as ruas próximas ao Coórrego Caaguaçu, e do rio Aricanduva, que é seu afluente. Todo mês de janeiro, a grande imprensa mostra o que sobrou da ação violenta das águas dos rios, e a tristeza das famílias ilhadas, e lamentando a perda de familiares.

Não é de hoje que morrem pessoas afogadas, principalmente, no rio Aricanduva. A morte do garoto, arrastado pelas águas, foi só mais um fato corriqueiro aos olhos dos ricos. A burguesia e seus porta-vozes procuram mostrar que se trata de tragédias naturais, provocadas pelas chuvas nessa época do ano. Prefeitos procuram culpar os trabalhadores, que moram na beira dos córregos e rios, pelas consequências dos alagamentos e afogamentos.

O que se nota é que, a cada ano, as enchentes aumentam, de norte a sul do país. Em SP São Paulo, o estado mais rico da federação, particularmente na zona Leste, os bairros do Jd. Santo André, Pq. São Rafael, Carrãozinho, e Jd. da Conquista, têm sofrido com as enchentes. Isso vem crescendo, em função da ação dos capitalistas. Nesses bairros, a destruição de parte da Mata Atlântica e a mudança do curso natural dos rios e córregos, para atender aos interesses de grandes empresas da construção civil, são as verdadeiras razões desse desastre. A construção do Rodoanel, dos dutos da Petrobrás e do aterro sanitário São João atingiram em cheio a região, que faz divisa com o ABC. Lembremos que, por ocasião da construção do

Rodoanel, no trecho que em que se situa o Jd. Santo André, foram removidos os sem-teto, mediante a promessa de entrega de apartamentos em empreendimentos futuros, junto à SEHAB. Depois de 10 anos, muitos esperam, até hoje, as chaves dos apartamentos. Vivem sobressaltados pelos alagamentos, provocados pela retificação do curso do córrego Bandeira de Aracambi, que foi aterrado, e impermeabilizado o solo rico em nascentes de água, estrangulando a vazão do Caaguaçu, no limite entre o Jd. São Francisco e o Rodoanel. Para a construção dos dutos da Petrobrás, houve remoção de casas no Jd. Santo André, São Francisco e Rodolfo Pirani, destruindo a mata do Morro do Cruzeiro, um dos poucos resquícios de Mata Atlântica, ocasionando o deslizamento de terra para o córrego Pirajuçsara.

Portanto, tanto o Rodoanel, quanto os Dutos da Petrobras, assim como a construção dos Aterros Sanitários no Pq. São Rafael, “ilharam” bairros inteiros, deixando-os refém das catástrofes, que não são naturais, e sim são o resultado da ação dos capitalistas.

Como se vê, enquanto a engenharia, a ciência e, portanto, as forças produtivas de conjunto estiverem sob o domínio da burguesia, cada vez mais avançam as trágicas consequências da exploração capitalista. A proteção da maioria oprimida dessas consequências não virá da classe exploradora e dos governantes. Virá da luta de classes, para pôr abaixo a propriedade privada dos meios de produção. A única classe que poderá cumprir esse papel, pelo lugar que ocupa na produção, é o proletariado, organizado em seu partido revolucionário. Essa deve ser a principal tarefa da vanguarda com consciência de classe.

Os responsáveis pela poluição atmosférica

Ao menos, desde a década de 1970, a comunidade científica e organismos internacionais, como a ONU, se pronunciam favoráveis à intervenção governamental para a mitigação dos impactos climáticos dos poluentes atmosféricos. Em 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo, o primeiro grande encontro internacional, que discutiu os problemas climáticos. Em 1988, a Conferência



de Toronto aprovou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Em 1992, ocorria no Rio de Janeiro a ECO-92. Estes três eventos não delimitaram marcos concretos de redução da emissão de poluentes. Foi apenas com o protocolo de Kyoto, em 1997, que se demarcaram as metas a serem cumpridas pelos países signatários; no entanto, entrou em vigor somente em 2005. Este acordo jamais foi assinado pelos EUA, e o Canadá se retirou, em 2011. Na sequência, vieram os acordos de Paris e o recém-assinado na COP-26, atestando o não cumprimento das metas de redução da emissão de gases de

feito estufa.

Estudos de uma série histórica, com dados de 1850 a 2016, revelam que os Estados Unidos se mantiveram como o país mais poluidor, desde o meio do século XIX até 2005, quando foi superado pela China. No acumulado, ao longo desses 165 anos, os EUA contribuíram com mais de 577 bilhões de toneladas de CO₂ lançados na atmosfera, mais que o dobro do valor correspondente à emissão da China, no mesmo período. Também no acumulado, os EUA emitiram sozinhos o mesmo que a soma da emissão da Rússia, Alemanha, Índia, Reino Unido e Japão, países à cabeça como os maiores poluidores. Chama a atenção, o recuo na emissão anual pelas potências econômicas, frente ao avanço pela China. Dados de 2012, comparados à 1990, atestam para uma redução de 20% na emissão pelos EUA, UE e Japão, num quadro global de aumento da emissão em 38%.

O CO₂ é produto da combustão de combustíveis fósseis, o

principal componente da matriz energética mundial. Estima-se que, desde 1965, a participação do carvão, petróleo e gás, no consumo de energia primária mundial, oscila próximo de 79%. Em maior ou menor grau, as economias mundiais são dependentes, e pressionam em favor da manutenção do uso dessa fonte energética. Cabe destacar que quatro, das principais instituições financeiras com sede nos EUA, somam juntas um montante superior a 20% do PIB mundial, e foram contrárias ou abstiveram-se, diante de mais de 80% das moções de acionistas relacionadas às mudanças climáticas, propostas entre 2015 e 2019. Um dos maiores fundos de investimento, a Black Rock, que movimenta cerca de US\$ 9,5 trilhões, destina US\$ 8,5 bilhões em fundos de conversão energética. Um valor equivalente e menos que a milésima parte do capital total em posse da financeira, por outro lado, encontra-se vinculada diretamente a setores da economia, responsáveis por 30% das emissões globais de CO₂. Não há de fato uma tendência geral de abandono do consumo de combustíveis fósseis, mesmo a mudança de motores à combustão por motores elétricos, é um movimento tímido, que atende à redução do custo de produção.

Em oposição à emissão, as florestas e outras áreas verdes agem absorvendo CO₂, os ditos “sumidouros de carbono”. Esse fato tem ganhado corpo, e tem servido de argumento para a responsabilização dos países semicoloniais pelos efeitos climáticos, em particular o aquecimento global. Com isso, acaba por equalizar a responsabilização das potências e dos países semicoloniais pelos impactos climáticos. Não se pode negar que o desmatamento em si é causa de inúmeros problemas ambientais, no entanto, como demonstram os dados acima, a poluição, e, portanto, os efeitos decorrentes, são obra das potências. O fato é que a poluição é parte do processo produtivo capitalista. O volume de CO₂ emitido na atmosfera por um país acompanha o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, visto que a maior taxa de poluição advém das indústrias. É dessa forma, que a China se tornou o maior emissor nas últimas décadas, expressando o vertiginoso crescimento econômico e industrial.

Os EUA assumiram a posição de segundo lugar dentre os países mais poluidores, porque vêm sofrendo uma profunda desindustrialização. Não se trata de súbita preocupação com o meio ambiente, e adoção de medidas protetivas. Impõem-se

contra os países semicoloniais, como o Brasil, pelo seu grande desmatamento, não porque se preocupam com as florestas, mas porque o capital financeiro norte-americano se impõe como trava às forças produtivas das semicolônias sob sua influência, sob a máscara do problema ambiental e do “crescimento sustentável”. O cumprimento de metas de carbono tem por conteúdo justamente essa contenção. A soberania estilhaçada desses países os impede de se desvencilhar dessas amarras, e desenvolver livremente a indústria.

Esse poderio econômico e político, no entanto, não é capaz de conter a destruição de suas próprias forças produtivas. Impõe-se e controla o desenvolvimento das economias atrasadas, mas é incapaz de controlar o fenômeno irreversível da desa-

O meio ambiente jamais será protegido no capitalismo. Aqueles que saem em sua defesa, ocultando as relações de produção por trás de qualquer medida protetiva, estão subordinados à institucionalidade e às vias governamentais, e não fazem nada além de usar a questão ambiental com mais um nicho eleitoral. O meio ambiente somente será protegido sob uma economia planificada, com alta aplicação de tecnologia. Essa realidade depende de a classe operária assumir o controle da produção, que se dará sob o modo de produção socialista.

gregação de sua própria indústria. A acusação que se arma contra a China, como sendo a maior poluidora e responsável por seus impactos na sociedade, atesta que o processo de desindustrialização estadunidense não se dará de modo pacífico. Os EUA se valem, em vão, da questão ambiental, para subordinar a China, nos marcos da guerra comercial. Fatos como a assustadora poluição atmosférica e o aquecimento global são manejados pelo imperialismo sob seus interesses particulares, que em nada convergirão para a proteção ambiental, visto o consequente aumento nos custos de produção, desencadeando redução dos lucros.

O meio ambiente jamais será protegido no capitalismo. Aqueles que saem em sua defesa, ocultando as relações de produção por trás de qualquer medida protetiva, estão subordinados à institucionalidade e às vias governamentais, e não fazem nada além de usar a questão ambiental com mais um nicho eleitoral. O meio ambiente somente será protegido sob uma economia planificada, com alta aplicação de tecnologia. Essa realidade depende de a classe operária assumir o controle da produção, que se dará sob o modo de produção socialista.

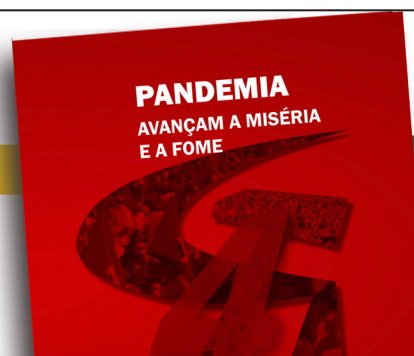
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Pernambuco**Boletim Nossa Classe - Dezembro**

O Boletim Nossa Classe de dezembro expressou a defesa da independência política e organizativa dos explorados. Diante da corrida eleitoral dos partidos, é preciso fazer um balanço do esgotamento da bandeira “Fora Bolsonaro”, juntamente com o fim da CPI da Covid e engavetamento dos pedidos de Impeachment. Depois de desviar as manifestações de rua para o “Fora Bolsonaro, as Centrais e sindicatos se movem para fortalecer as ilusões eleitorais. A conciliação de classes deu fôlego ao governo Bolsonaro, que continua atacando os trabalhadores. Por isso, defendemos a independência política dos explorados. Que as centrais e sindicatos defendam um programa próprio de reivindicações, e que convoquem um dia nacional de lutas, por empregos, salários e direitos, com bloqueios e paralisações.

O Boletim Nossa Classe também trouxe uma matéria falando do protesto dos rodoviários em Recife, contra a dupla função, e por melhores condições de trabalho. O ato, convocado pela oposição oportunista da CUT, ocorreu no mesmo dia da assembleia de prestação de contas. A manifestação evidenciou o abandono da luta pela direção do sindicato (PSOL/Resistência), que limita o sindicato à fiscalização de terminais e oferecimento de benefícios. Ao mesmo tempo, a convocação do ato no momento da assembleia mostrou que a oposição (CUT) não tem a intenção de construir uma luta unificada. Diante disso, apontamos a necessidade da direção do sindicato convocar assembleia para organizar a luta, sob as

bandeiras de “Abaixo a dupla função”, em defesa dos empregos, com paralisações, piquetes e atos de rua; defesa dos salários e direitos, contra os ataques da patronal; independência política e organizativa dos rodoviários, nenhuma ilusão nos métodos de pressão jurídico/parlamentar.

Denunciamos a privatização dos terminais e estações de BRT pelo governador Paulo Câmara (PSB). Isso garantirá aumento do lucro das empresas de ônibus, e maior exploração dos trabalhadores do transporte. Diante disso, é urgente a unidade dos rodoviários e usuários, em defesa da estatização do sistema de transporte coletivo, sem indenização, sob controle operário. Somente os trabalhadores que fazem o sistema funcionar, e que dependem dele, podem tomar as melhores decisões sobre seu funcionamento.

Kibon é fechada sem as centrais sindicais moverem uma palha – denunciamos a completa ausência de luta contra o fechamento da Kibon, na região metropolitana de Recife. O fechamento foi anunciado em agosto de 2020; desde então, o boletim Nossa Classe agitou, na porta da fábrica e nos atos de rua, a necessidade do sindicato convocar assembleia para organizar a luta contra o fechamento da fábrica. 600 operários perderam seus empregos, além dos trabalhadores indiretos, como motoristas dos ônibus fretados. O Boletim Nossa Classe manteve o chamado aos sindicatos, centrais e movimentos, para que organizem a luta contra o desemprego. É assim que se combate a fome e a miséria.

Congresso do SINTE/RN**Burocracia sindical do PT aprovou a tese que submete sindicato à candidatura de Lula e Fátima Bezerra**

Nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, ocorreu o XVI Congresso do SINTE/RN. O tema do Congresso, “Não é crise, é um projeto de classe”, traz a ideia reformista de que o problema na conjuntura atual não se deve à crise do sistema capitalista, mas, fundamentalmente, ao governo burguês de Bolsonaro. Portanto, a tarefa é a de substituir esse governo direitista por outro, de caráter reformista.

No primeiro dia, a discussão se deu em torno da aprovação da “tese guia”, que é um mecanismo burocrático, pois, impede que as demais teses sejam postas em consideração nos grupos de trabalho, no dia seguinte. A tese aprovada foi a da direção do sindicato, que tem como linha colocar o sindicato à disposição das candidaturas de Lula e Fátima (a tese fala abertamente em trabalhar pela vitória desses candidatos), e de

conciliação com o atual governo Fátima (PT). A CPE disputou sua tese, que defendia o princípio da independência de classe do sindicato. Uma vez sendo aprovada a tese da direção do sindicato (PT), a CPE adotou a tática de disputar emendas à tese guia nos grupos e na plenária deliberativa, e de se abster na votação final da totalidade da tese modificada.

Na plenária final, o Congresso aprovou a proposta da Corrente Proletária na Educação (CPE), de moção de apoio à professora Mônica, com a proposta de um diretor do SINTE de supressão do trecho que falava que nada tinha sido feito pelo governo até agora para reverter a remoção da professora. A argumentação do diretor do SINTE girou em torno de que os conselhos escolares eram uma reivindicação do sindicato, e que o governo Fátima não poderia

simplesmente “dar uma canetada”, pois, “estaria agindo como o conselho escolar agiu com a professora”. Essa divergência expôs a política reformista do PT, de buscar democratizar a burocracia escolar, por meio dos conselhos escolares, e de blindar o governo, diante do desgaste de ter uma professora sendo perseguida sob a gestão Fátima Bezerra (PT).

Durante o Congresso, o POR fez uma campanha financeira entre os delegados, para subsidiar a ida dos militantes e simpatizantes para o XVI do partido. Também houve a exposição dos materiais do POR, por meio da banca.

A CPE trabalhou, desde o início, sob a estratégia da independência de classe para o sindicato, de não submissão aos governos de turno e pelo método da ação direta. Nas semanas que antecederam

deram o Congresso, atuou em algumas escolas, com a distribuição do boletim da CPE, e na eleição de delegados. Realizou uma plenária, no dia 4 de dezembro, de preparação dos delegados para o Congresso, onde foi possível, dentre outras coisas, discutir a tese da CPE entre os presentes. Após o congresso, no dia 18 de dezembro, realizou uma plenária de balanço com alguns delegados. Segue abaixo um relato da plenária.

Plenária de balanço do XVI Congresso do SINTE/RN

A Corrente Proletária na Educação realizou uma plenária de balanço, acerca do XVI Congresso do SINTE/RN, no dia 18 de dezembro. Participaram da plenária, algumas professoras que foram delegadas, bem como militantes do POR. Num primeiro momento, foram abertas as inscrições, para que os presentes pudessem fazer uma avaliação do Congresso. Uma delas afirmou que foi a sua primeira experiência, entendeu que o Congresso tem a importância de aprovar as lutas sindicais para os próximos anos. Percebeu que houve espaço de abertura para falas, mas a direção agia com “desvalorização” das posições divergentes. Notou que muitos votaram nas proposições da direção por paixão, isto é, sem um entendimento crítico da matéria votada. Além disso, comentou sobre a falta de independência do sindicato. Apesar disso, entendeu que o saldo foi positivo. Outra camarada se inscreveu para falar da importância da sindicalização, no momento em que percebeu o grande número de não-filiados ao sindicato, quando atuou no processo de eleição de delegados, nas escolas. Colocou a importância de conhecer o que a direção defende, em relação aos direitos, e apontou o problema de os participantes terem pouco tempo para conhecer as teses, o que prejudicou o entendimen-

to e as votações dos temas. Levantou também a possibilidade de convergência de um ponto comum das ideias de todas as exposições.

Houve uma inscrição que avaliou o Congresso como uma experiência enriquecedora. Criticou o tempo muito longo de um congresso ao outro (4 anos); notou o problema da burocratização da direção, bem como o aparelhamento da mesa, uma vez que não foi representativa, pois, somente havia representações do PT, como dirigentes sindicais e parlamentares, atuando com uma só linha de pensamento. Percebeu que parte da base age como torcida organizada, e afirmou que muitos confundem a base do sindicato com a direção, sendo a direção um “puxadinho” do governo petista. No ponto da prestação de contas, achou que foi muito longo, com termos complicados para a base entender. Re-

confusão na base, bem como desarma os trabalhadores em perceber as raízes dos problemas particulares, advindos das crises. Apontou que o problema de os participantes não conhecerem as demais teses em tempo hábil é de responsabilidade da ação burocrática da direção, e que a presença dos parlamentares indica o viés da política eleitoral do PT no Congresso. Em relação à moção de apoio à professora Mônica, notou que a direção não trabalha para defender a professora perseguida, pois, desarticulou a campanha de moção no congresso. Por fim, esclareceu a impossibilidade de haver pontos em comum entre as teses, pois, são políticas diferentes, com implicações diversas na luta de classes.

Finalmente, a plenária concluiu com a leitura e discussão do boletim da CPE, que apresentou textos sobre

Na plenária final, o Congresso aprovou a proposta da Corrente Proletária na Educação (CPE), de moção de apoio à professora Mônica, com a proposta de um diretor do SINTE de supressão do trecho que falava que nada tinha sido feito pelo governo até agora para reverter a remoção da professora. A argumentação do diretor do SINTE girou em torno de que os conselhos escolares eram uma reivindicação do sindicato, e que o governo Fátima não poderia simplesmente “dar uma canetada”, pois, “estaria agindo como o conselho escolar agiu com a professora”. Essa divergência expôs a política reformista do PT, de buscar democratizar a burocracia escolar, por meio dos conselhos escolares, e de blindar o governo, diante do desgaste de ter uma professora sendo perseguida sob a gestão Fátima Bezerra (PT).

comendou que a prestação deveria ser permanente, e não a cada congresso. Por fim, avaliou positiva a proposta de uma militante do PSTU, de haver espaço para creches nos próximos eventos.

Uma militante do POR se inscreveu para falar sobre o tema do Congresso (“Não é crise, é um projeto de classe”), avaliando que a direção não reconhece a evidente crise capitalista, o que causa

a greve dos professores de Natal/RN, bem como a situação dos servidores de SGA, e da falta de pagamento do vale transporte dos terceirizados, além da não resolução sobre a perseguição à professora Mônica. No final da plenária, foi realizada a prestação de contas sobre a vendagem da rifa, como parte da campanha financeira para participação do Congresso do POR.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Rio Grande do Norte**Boletim Nossa Classe – dezembro**

O Boletim desse final de ano trouxe as denúncias dos trabalhadores do Centro de Distribuição da Riachuelo, localizada na fábrica Guararapes de Natal, sobre as metas abusivas de produção, desvio de função para pagar salários mais baixos, e o não cumprimento de direitos trabalhistas. A empresa usa a armadilha, como os “cartões-presentes”, os chamados “prêmios”, para pressionar os trabalhadores a aumentarem a produção. Como os salários são miseráveis, os operários acabam se sujeitando a essa brutal superexploração, para receber um migalha a mais. Não por acaso, uma das denúncias é o esgotamento físico e mental, consequentemente as doenças.

Há relatos de negligência da empresa com relação à saúde e segurança no trabalho. Aos operários que trabalham com carga e descarga, não são dados os EPIs suficientes, como por exemplo o protetor para a coluna. Em outro setor do CD, operários trabalham em condições insalubres, com muito calor. O Boletim diz que a saúde e segurança no trabalho devem ser uma prioridade na empresa, pois, envolve a integridade física e a vida do trabalhador. Não podemos esquecer-nos da recente morte, em agosto, de um operário empilhador da fábrica Vicunha Têxtil (Natal/RN), esmagado por um rolo de tecido de 3 toneladas, que desabou por cima dele. Há, também, denúncias sobre o Banco de Horas, usado para aumentar a exploração.

Como se vê, são inúmeras as denúncias contra a empresa. A direção sindical continua fazendo vistas grossas, ou usando-as unicamente nos discursos. Ao contrário, o Boletim

Nossa Classe tem feito campanha na porta da fábrica, em defesa: 1) Aumento salarial real; 2) Fim dos desvios de funções; 3) Fim das metas abusivas e da sobrecarga de tarefas; 4) Nada de trabalho aos sábados e de 1 hora a mais na semana; 5) Pagamento imediato dos sábados e horas extras já trabalhados; 6) Fim do banco de horas; 7) Contratação de mais trabalhadores; readmissão imediata dos demitidos na Pandemia; 8) Estabilidade no emprego.

O Boletim trouxe uma nota sobre a terceirização. Com o título “Empresas terceirizadas destroem direitos dos trabalhadores”, denuncia que as terceirizadas JMT e Interbrasil, que prestam serviços ao Estado, arrancam direitos dos trabalhadores. A Interbrasil retirou as passagens de grande parte dos trabalhadores durante a Pandemia, e agora os terceirizados, que antes tinham esse direito, estão pagando para ir trabalhar. A JMT, depois de declarar as férias das merendeiras e fazê-las assinar um documento que estão de férias, não envia substitutas para que essas trabalhadoras gozem o direito das férias. Elas acabam tendo de ficar trabalhando na escola, sobre-carregadas. Esse é mais um exemplo de que a burguesia implementa a terceirização como uma via de precarização do trabalho e de perda de direitos. O direito ao gozo das férias deve ser reivindicado por meio da organização coletiva dos trabalhadores terceirizados, em unidade com os demais servidores. Diante disto, fica clara a necessidade de o Estado efetivar os terceirizados, e abolir essas empresas privadas, que só fazem sugar os recursos públicos.

Rondônia**Unificar a luta dos trabalhadores da Educação****Chega de divisão aparelhista! Por uma nova direção ao Sintero**

O prefeito de Porto Velho ficou de mãos livres, em 2020 e 2021, para impor e aprofundar ainda mais o arrocho salarial sobre os trabalhadores em Educação, devido ao imobilismo da direção sindical, em não organizar a luta pelas reivindicações, se submetendo à política burguesa do isolamento social.

O prefeito aproveitou para pôr em prática a decisão federal, de não conceder salarial aos servidores públicos, o que provocou “sobras” de recursos do Fundeb. No final do ano, o prefeito fez demagogia com um anúncio dessa sobra, e decretou um abono de R\$ 2.800 para professores, de acordo com a carga horária de trabalho, a ser pago no mês de dezembro. Isso gerou uma revolta entre os técnicos administrativos, que trabalham dentro das escolas, fato que resultou em um movimento espontâneo, com um dia de paralisação e ato em frente à Câmara dos Vereadores, exigindo o direito ao abono. Por meio desse movimento, conseguiram R\$ 2.050, que deverá ser retirado de outra fonte de recursos, a serem pagos a partir de janeiro. A partir desse movimento, abriu-se um descontentamento entre os professores, que questionaram o valor do

abono. A direção do sindicato tentou explicar que os cálculos do prefeito estavam corretos. Mas, inconformada, uma parcela dos professores resolveu ocupar a plenária da Câmara Municipal, e cobrar transparência nos cálculos. No entanto, essa pressão não foi suficiente, para que o prefeito refizesse o cálculo do abono.

O problema está em que a direção do sindicato (Sintero) não organizou a luta. O que provoca desconfiança em relação ao sindicato. Há uma confusão entre a direção do sindicato e o organismo de luta, que é o sindicato. Consequentemente, surgem os oportunistas eleitoreiros, com a proposta de criação de um sindicato dos técnicos. Ou seja, fragmentando os trabalhadores da educação.

A Corrente Proletária na Educação interveio, criticando a passividade da direção do Sintero, e a permanência de assembleias virtuais. Porém, não deixou de mostrar o erro dos técnicos, em querer dividir os trabalhadores da Educação, por meio da criação de um novo sindicato, somente desse segmento. Exige que a direção do Sintero convoque uma assembleia presencial, para que haja um balanço desse movimento e organize a luta coletiva contra as medidas do prefeito e de seus porta-vozes na Câmara Municipal.

São Paulo**Apeoesp realiza reunião presencial do Conselho Estadual de Representantes (CR)**

No dia 18 de dezembro, ocorreu a reunião do CR, não para organizar a luta contra a atribuição de aulas por meio eletrônicos, fechamento de salas, a reforma do ensino médio e outros programas privatizantes de Doria, mas para cumprir o regimento para as eleições sindicais. Embora tenha colocado na pauta a discussão sobre novo Plano de Carreira, abono Fundeb e campanhas. A militância da Corrente Proletária propôs a inclusão do ponto sobre a terceirização nas escolas e os abusos cometidos por essas empresas, que ficou de ser discutido junto com as campanhas. Ocorre que não houve nenhum debate sobre campanhas, ficando nítido que a proposta da burocracia não passou de uma manobra, para evitar a organização de uma luta centralizada contra as terceirizadas.

A mesa informou que o Congresso da CNTE, em janeiro, será virtual. Coube também o elogio da “praticidade” de um Congresso nessa modalidade. A presidente, Maria Izabel, procurou enfatizar o seu mérito de parlamentar, na discussão sobre o abono Fundeb. O informe sobre o projeto de Plano de Carreira, ainda inacabado, se resumiu à colocação do representante do Dieese, que se referiu à substituição do salário por subsídios, o fim dos quinquênios e sexta parte, a perda da estabilidade e as “provinhas” para atingir as metas do MMR (Método de Melhoramento de Resultados). Concluiu que o projeto de Doria é inconstitucional. Isso para apontar o cami-

nho de recorrer à Justiça, pois, a política de subsídios prevista na Constituição se aplica apenas aos cargos eletivos e comissionados, e não ao funcionalismo de carreira. Conclusão: a resposta da burocracia será novamente as ações judiciais. Por fim, Maria Izabel disse que apresentará uma emenda parlamentar, solicitando um reajuste salarial no piso do Atual Plano de Carreira existente, fixando o piso no valor de R\$ 5.000.

Como se vê, não houve nenhuma discussão sobre a organização da categoria para fazer lutas nas ruas. Ao contrário, o único momento de discussão ocorreu em relação às eleições sindicais, que ficaram para o dia 8 de abril. Até o momento, as eleições serão presenciais, embora houvesse proposta de coletar votos na casa dos aposentados, prática recorrente no interior do estado, mas foi temporariamente descartada. No entanto, as eleições serão controladas pela Comissão Eleitoral, onde a maioria é da Chapa 1. Assim, que encaminhou esse ponto, a direção da mesa deu por encerrado o CR, sob protestos de setores de oposição, que aguardavam a discussão das Campanhas e a organização da luta.

A Corrente Proletária interveio por meio de um Boletim, exigindo a convocação de assembleia presencial, para definir os rumos da luta, que será dura no próximo ano. Criticou as ações judiciais e parlamentares da direção da Apeoesp e o seguidismo de setores da Oposição.

São Paulo, 21/12: Ato contra a fome no Capão Redondo

Boa tarde, trabalhadores e trabalhadoras. Nós estamos aqui, numa luta que é extremamente importante, que é a luta contra a fome, uma luta contra o avanço da pobreza, uma luta em defesa dos empregos. A gente sabe que a situação dos trabalhadores vai de mal a pior.

Pergunte ao colega que está ao seu lado, se o salário dele aumentou o mesmo tanto que o óleo de soja. O óleo de soja que, em alguns lugares, aumentou cerca de 90%. Pergunte se o valor do salário que ele recebe aumentou o mesmo tanto que a carne, que aumentou 31%. Pergunte ao seu vizinho, se o salário aumentou o mesmo tanto que o arroz, que a gente consome todos os dias, que aumentou 63%, quase 64%.

Vejam, companheiros e companheiras, o preço do gás de cozinha: é um preço impeditivo. Não é à toa que várias famílias estão tendo de recorrer ao fogão de lenha. O preço da energia elétrica aumentou 25%.

Então, a situação é gravíssima. E se tem uma coisa que unifica o povo de conjunto é a luta pelas suas reivindicações mais sentidas. É a luta contra a fome! É a luta contra a pobreza!

Sou militante do Partido Operário Revolucionário e estou aqui com camaradas de outras organizações, em um esforço de unidade, em um ato acertado. Uma manifestação que foi corretamente convocada, porque, na periferia, a gente que é trabalhador, que mora no mesmo bairro, pode olhar no olho do outro, e falar sobre as coisas que estão acontecendo, porque é a gente que vive, que sente na pele, que está vivendo o desemprego na família, que está vendo os vizinhos, os colegas, sendo obrigados a morar na rua, porque não tem como pagar o aluguel.

Não tem luta mais corajosa, mais importante, do que a luta que nós estamos travando aqui, hoje: a luta em defesa do emprego, a luta em defesa dos salários.

Viva a luta dos trabalhadores do Brasil!



Reintegração imediata do trabalhador dos Correios, Ferreirinha

Em 22 de dezembro, foi realizado um ato na Sede dos Correios, pela reintegração de Antônio Ferreira, o Ferreirinha (Resistência/Psol). Ferreirinha foi exonerado dos Correios na segunda semana de dezembro de 2021, por um processo administrativo, causado por uma desavença com outro carteiro, que também foi exonerado. A exoneração poderia passar despercebida, se Ferreirinha não fosse um carteiro que esteve na frente da greve de 2020, e se opondo a privatização da estatal. A direção dos Correios aproveitou o conflito entre os dois trabalhadores para demitir Ferreirinha e, consequentemente, o outro carteiro. Tratou-se, como se vê, de uma demissão política de um dirigente da greve.

O ato na Sede dos Correios contou com a presença de Findect/PCdoB, CTB/Fentect – Conlutas/PSTU e PSOL. A abertura contou com a intervenção do representante da Conlutas/PSTU, mostrando que os generais, que dirigem os Correios, estão empenhados em privatizar a empresa. No entanto, há uma resistência por parte dos trabalhadores. Disse que houve uma importante vitória no Senado, com o adiamento do leilão. Encerrou, se solidarizando com Ferreirinha, e exigindo

a imediata reintegração.

As demais intervenções seguiram a mesma linha de denúncias do governo Bolsonaro e do general, que recebe mais de 70 mil por mês, e quer vender a estatal. As denúncias foram muitas e corretas. Mas, serviam apenas para os discursos. Isso porque as conclusões se apoiavam na defesa da eleição de um governo que represente o povo.

O Partido Operário Revolucionário interveio, defendendo a reintegração de Ferreira ao seu posto de trabalho, demonstrando que essas perseguições e demissões políticas não são situações isoladas, específicas dos Correios. Trata-se de uma ofensiva da burguesia e do governo contra os lutadores, como ocorreu com as professoras Cristiane e Mônica Moraes. Está aí por que é urgente que as centrais sindicais e representantes das federações chamem um Dia Nacional de Lutas, que convoquem as assembleias, que organizem os trabalhadores, em defesa dos salários e direitos, e contra as demissões e as perseguições políticas. Realçou a necessidade da unidade dos trabalhadores terceirizados e efetivos; só desta forma, é possível avançar a luta com independência de classe.

Rio de Janeiro

Estudantes da Ilha do Fundão protestam por condições mínimas para o retorno das aulas presenciais

Projetado em 1957, o prédio da Reitoria da UFRJ, localizado na Ilha do Fundão, foi considerado um dos prédios públicos mais modernos do país, cuja arquitetura de influência corbusiana foi desenvolvida e projetada pelo arquiteto Jorge Machado Moreira, arquiteto que atualmente dá nome ao prédio. O que era um passado glamoroso, hoje contrasta com as péssimas condições estruturais que o prédio apresenta. O edifício, que, além da Reitoria, abriga os cursos da Escola de Belas Artes e da Faculdade de Arquitetura, não oferece condições mínimas para o retorno presencial.

Cabe destacar que não é de hoje que a UFRJ sofre com o descaso e o sucateamento que se tem tornado rotina das universidades públicas, nos últimos anos. Na última década, foram cinco incêndios de grandes proporções, que vitimaram o patrimônio da faculdade.

É contra essa situação precária que, em 17 de dezembro, foi realizado um ato, exigindo condições concretas para o retorno às aulas no prédio da Reitoria, e debateram possíveis

rumos para a luta estudantil no próximo semestre letivo. Dentre os pontos levantados, foi colocada a existência de um laudo técnico de 2021, baseado no Decreto Estadual 42º, de 2018, que afirma que o prédio não possui estrutura de segurança contra incêndio. Acrescenta-se a isso, o fato de que os alunos são obrigados a assinar um termo de segurança para adentrarem no espaço da Reitoria, e realizarem qualquer tipo de atividade. Em resumo, uma tragédia anunciada.

Apesar do foco estar direcionado para as reformas do prédio, o ato refletiu mais um capítulo da luta histórica dos alunos da Belas Artes, pelo direito a um prédio próprio. Isso se deve ao fato de que, em 1974, os alunos das Belas Artes foram removidos do seu antigo campus, no atual Museu Nacional de Belas Artes, e alocados no prédio da Reitoria, juntamente à Faculdade de Arquitetura, de forma provisória. Tal forma “provisória” dura quase cinco décadas, sem maiores perspectivas de solução.

Como se vê, a situação precária não foi proveniente desses dois anos de pandemia. Trata-se de uma luta que, há anos, vem sendo travada pelos estudantes. No entanto, quando o governo decreta o retorno presencial, novamente veio à tona essa luta. Certamente, é parte da luta geral contra os cortes e a precarização da educação pública. Para avançar, é necessário conquistar a unidade do movimento, unindo os centros acadêmicos, demais entidades estudantis e sindicais. A convocação de assembleias presenciais de funcionários, professores e estudantes deve ser o ponto de partida para enfrentar o descaso dos governantes para com a universidade pública.

Adquira com o distribuidor: R\$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Rio de Janeiro**Dados estarrecedores escancaram violência policial contra negros no RJ**

No dia 14 de dezembro, a Rede de Observatórios da Segurança divulgou o relatório “Pele-Alvo: A Cor da Violência Policial”, que traz dados de 2020, de registros de letalidade em ações policiais, monitoradas em 7 estados brasileiros (Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, São Paulo e Rio de Janeiro). Dos números fluminenses, os mais chocantes, apesar de nada surpreendentes, são as taxas de negros mortos por agentes do estado no período, comparada à proporção da população negra no estado.

O estudo revela que 86% dos mortos por policiais no RJ são negros, apesar do grupo representar 51,7% da população. No município, a parcela de executados negros é de 90%. O levantamento também mostrou que o RJ é o estado que mais produziu mortes em ações e intervenções das polícias, com 1.245 registros de 2020. Outro relatório, de março, revelou a ocorrência de 9 chacinas em apenas dois meses (janeiro e fevereiro), resultando em 47 mortos e 14 feridos. Um aumento de 161% de mortes em ações policiais no bimestre, em relação ao ano anterior. Em outubro, chegou-se à marca de 38 chacinas, 27 provocadas por agentes do Estado, entre as quais se destaca a do Jacarezinho (6 de maio), maior já registrada durante operação policial no Rio de Janeiro, com 27 pessoas assassinadas. Não podemos esquecer também da chacina do Salgueiro, de dezembro, em São Gonçalo, com 9 homens torturados e mortos.

De nada adiantou a determinação do STF, de suspender as operações policiais durante a Pandemia. Apesar da queda momentânea no número de vítimas pelas mãos da polícia (foram 1.814 em 2019 e 1.245 em 2020), vimos o rápido retorno da repressão aos padrões pré-pandemia, intensificada no governo de Cláudio Castro. Essa realidade prova novamente que os oprimidos não devem depositar confiança alguma na justiça burguesa.

O fato é que a crise econômica, aliada à crise sanitária, expôs o peso delas sobre a maioria negra, que são os mais pobres, consequência da exploração capitalista. Além da violência policial, os negros e negras estão entre os mais infectados e mortos pela Covid-19, os mais afetados pelo desemprego, fome e miséria. E a única resposta possível da burguesia é a matança, através do braço armado do seu Estado.

Esse quadro devastador exige que a classe operária tome em suas mãos as reivindicações das massas negras. Que se coloque em defesa do fim de toda a forma de discriminação e racismo. Para isso, é fundamental a unidade dos movimentos negros, de mulheres e homossexuais, sob o programa do proletariado, que tem como estratégia o fim do capitalismo, raiz da exploração e opressão dos explorados, negros e brancos. A violência policial sobre a maioria negra é parte da ditadura de classe da burguesia, que só será derrotada por meio da luta de classes.

Grande ABC – Santo André**Responder ao racismo com a luta de classes**

O caso do professor de história que foi vestido de Ku Klux Klan para a Escola Estadual Amaral Vagner, em Santo André, repercutiu nacionalmente, duas semanas após o ocorrido, levando os movimentos sociais – em particular, os movimentos negros – a chamarem um ato em frente ao local, em 22 de dezembro. Militantes da UP, PSTU, PSOL (SoB), FOB, estiveram presentes, bem como de Movimentos, como MNU, MTST e ARES. Parlamentares pretos do PSOL e PT, e representantes da Apeoesp e do sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, marcaram presença. A mídia burguesa, SBT e CNN, entrevistavam os militantes, que dividiam as calçadas com a forte presença da polícia.

A maioria das intervenções falava do sentimento de identidade cultural e de unidade entre os negros no combate ao racismo, dos episódios de opressão no município, e da reação/revolta, em situações específicas como essa. Concluíam com a necessidade de responsabilizar a escola e o professor pela atitude racista. Também não faltou a defesa reformista da candidatura de Lula, para minimizar os episódios de opressão e perseguição.

O PSTU até retratou a luta de classes e a necessidade de transformação da sociedade para colocar fim não apenas ao racismo, mas de toda a forma de opressão. Entretanto, não abordou qual o método e os meios para se concretizar essa transformação. Criticou duramente Alckmin, alertou sobre a importância da classe oprimida não confiar na burguesia, mas não expôs o PT e sua política; apenas a Geraldo Alckmin foi direcionada a crítica da miséria que as massas negras estão submetidas.

A realidade enfrentada pelos negros, como desemprego, a fome e a violência policial, foram expostas no ato, mas as saídas apontadas para o fim dessa opressão foram implementação de políticas públicas raciais, educação antirracista e aumento do número de representantes negros nas prefeituras, câmaras e nas escolas.

O combate das massas negras não deve se dar isoladamente. Sabe-se que as massas negras são as que mais sofrem com o desemprego e a fome. São as que mais sofrem também com a violência do Estado burguês e seus aparatos, ou seja, que sofrem de maneira mais aguda com a violência da classe dominante. O reformismo, tomando as reivindicações dos negros de forma isolada, sem seu conteúdo de classe, as canaliza para fins eleitorais, submetendo o instinto de revolta para a conciliação de classe e a passividade das massas.

As expressões racistas, como a ocorrida, devem ser rechaçadas e combatidas. No entanto, a Corrente Proletária se coloca contra a posição do governo, de afastar o professor e submetê-lo a um processo administrativo, cuja consequência pode ser a sua exoneração. Vivemos sob um regime econômico e político em decomposição, que acaba por atingir uma parcela de trabalhadores a posições racistas e discriminatórias. O combate a essa conduta não pode se dar por meio da repressão do Estado. Nesse sentido, é tarefa das direções sindicais e políticas, trabalhar pela politização dos trabalhadores, que tem como ponto de partida a luta coletiva contra todas as formas de discriminação, entre elas a racial.

Rio Grande do Sul

Aprovada a reforma da Previdência em Viamão-RS

Direção do sindicato/PSOL colabora para esse ataque

Em 30 de dezembro, foi aprovada a reforma da Previdência dos servidores municipais da cidade de Viamão, RS. Entre as medidas, houve o aumento do tempo de contribuição. Em frente à Câmara Municipal, armou-se uma manifestação, com 300 pessoas, sendo a maioria de aposentados. Simpatizantes do POR estiveram presentes. O presidente da Câmara, Armando, do PSDB, aguardou o momento preciso, para encaminhar à votação um profundo ataque ao funcionalismo. Às vésperas da virada do ano, a possibilidade de reação massiva da categoria seria pequena, comparada à necessária para bloquear a aprovação da reforma.

Dentre os vereadores, situação e oposição (PT e PDT) convergiam num ponto: a reforma da Previdência dos servidores municipais precisava ser aprovada. Distinguiam-se apenas no “como” e “quando” deveria ser aprovada. A oposição, com seus diminutos vereadores, salientava que o projeto era injusto e, junto com a direção do Sindicato dos Municipais de Viamão (SIMVIA), tentava provar, por cálculos matemáticos, que o projeto era inviável. Essa fanfarronice pouco importou aos vereadores oportunistas, bem pagos pela burguesia. Tamanho disparate e ousadia, esses ditos representantes do povo, em meio à seção de votação, debochavam de secretários, professores e outras categorias de áreas técnicas da Educação. Esses são os vereadores da burguesia, sempre distantes da maioria dos trabalhadores, ao longo de todo o seu mandato, mas perto, nas épocas eleitorais.

A direção do sindicato/PSOL não se limitou à verborragia dos cálculos. Propôs emendas na proposta inicial da reforma. Segundo pronunciamento da própria direção: “nenhuma prefeitura foi obrigada a realizar a reforma, mas, já que o governo viamonense quis, o sindicato orientou e mostrou, ao Legislativo e aos servidores, o que poderia ser melhorado, já que o

Executivo não nos recebeu”; mais à frente, conclui com: “se não houvesse essa oposição do sindicato, teriam aprovado o primeiro projeto de lei do Executivo, o que seria muito pior”. Como se vê, a direção do sindicato agiu em favor da reforma. A alegação de que foram contrários e organizaram a resistência é falsa. Uma posição verdadeiramente contrária se apoiaria na luta e combatividade dos trabalhadores. Convocaria as assembleias presenciais, defenderia a greve entre os servidores, organizaria bloqueios de rua. Mas, se apoiaram nas negociatas e nas vias institucionais, campo próprio da burguesia.

A oposição, com o seu “diálogo”, serviu de verdadeiros controladores do movimento, impedindo que os manifestantes se radicalizassem. Uma pequena parede de vidro separava o plenário de votação e os trabalhadores angustiados, que, de pé e ao sol, esperavam o desfecho de mais uma reforma, que pioraria ainda mais suas condições de vida. Enquanto isso, a oposição se queixava da ausência de debate entre o Executivo e os servidores. Afirmava que o projeto foi “vomitado” para a votação ao final do ano, pegando o próprio sindicato de surpresa. Nada mais que uma bravata, dado que, em 2019, foi aprovada a reforma da Previdência municipal em São Paulo, e, em 2021, iniciou-se a tramitação da segunda etapa dessa reforma. Uma direção minimamente combativa saberia que essa é uma tendência geral da burguesia contra a Previdência, e, assim, se adiantaria em organizar a luta. A única coisa que conseguiu se adiantar foi na campanha eleitoral, mote de várias intervenções, das direções sindicais e partidos da oposição.

É assim, que em meio a uma profunda crise econômica e pandêmica, a reforma da Previdência de Viamão foi aprovada, sob a política de conciliação de classes da direção sindical e dos partidos reformistas, que contiveram a luta dos servidores municipais.

São Paulo

Sem resistência, reitoria da USP concluirá despejando estudantes da moradia estudantil

Após seis meses, desde o primeiro comunicado da reitoria aos moradores do Bloco D do CRUSP (conjunto Residencial da USP), para que se retirassem de seus apartamentos, em função de uma pretendida reforma estrutural, o despejo efetiva-se sem resistência por parte do movimento, concluindo com cerca de 200 alunos que perdem sua moradia estudantil, em benefício dos interesses privatistas da reitoria em busca de novos recursos, com o aluguel da moradia estudantil.

Logo de início, o movimento deu pequenos passos em direção à resistência, chegando a conformar um comitê de moradores. No entanto, essa iniciativa não pôde desenvolver-se frente ao grande obstáculo imposto pelas direções conciliadoras, que trabalharam para inviabilizar a materialização do controle estudantil da reforma, aprovado em assembleia. O caminho adotado foi o da subordinação do movimento às vias jurídicas e institucionais, meios pelos quais se processou a aceitação da reforma, desde que “humanitária”, prolongando o prazo do despejo, levantamento de inventário e concessão de bolsa moradia. A via jurídica caminhou ao lado do boicote aos atos, pela negativa por parte do DCE em convocar uma assembleia

geral, pela renúncia à luta por parte da direção da Associação dos moradores, pelo distracionismo culturalista e festivo. As direções do movimento pavimentaram o terreno, pelo qual passariam o despejo e a reforma privatista da reitoria.

Apoiadas na política de isolamento social da burguesia, as direções se negaram a organizar a luta, e agora são co-responsáveis pela piora nas condições de vida dos estudantes despejados, traduzida em maior vulnerabilidade ao vírus da Pandemia, assim como à fome e à miséria, que são a caldeira social por onde se desenvolvem as doenças. Sob o argumento da proteção sanitária, as direções estudantis desguarnecem o movimento de seus métodos de luta, por onde canalizariam suas reivindicações, e entregam os despejados às portas do abandono da universidade, ou do jubramento forçado pela burocracia. A moradia estudantil, como parte da política de permanência, é uma necessidade, de modo a viabilizar os estudos. Corroborar com o despejo é ferir um dos direitos democráticos mais elementares, o direito à Educação. A reitoria assim, se viu livre, para ir adiante com sua política de destruição da educação pública.

São Paulo**De presencial na USP, apenas o festivo**

No dia 11 de dezembro de 2021, o CAELL (Centro Acadêmico do curso de Letras da USP) realizou um sarau presencial, intitulado “Sarau da saudade”, em frente ao prédio do curso, com transmissão ao vivo pela internet. Teria sido um fato sem qualquer conteúdo político, caso a atual gestão não tivesse realizado 5 assembleias no mesmo ano, todas virtuais. Tal contradição consoa com a política adotada pelo DCE, e lança por terra o argumento de que as assembleias devem ocorrer virtualmente, em favor do isolamento social. Vê-se, mais uma vez, que tais entidades apenas se submetem à política burguesa de isolamento social, a qual não é de prevenção sanitária, mas de imobilização das massas.

Restou ainda, ao CAELL, a escusa de que uma assembleia presencial teria, atualmente, uma adesão muito baixa dentre os estudantes e, conseqüentemente, uma baixa representatividade, pois, muitos estudantes estariam agora isolados em suas cidades de origem, sem condição de retorno. Esta escusa não encontra bases sólidas: as últimas quatro assembleias, realizadas pela entidade, tiveram uma média de 34 participantes, e um máximo de 58, enquanto a enquete de proposta do sarau recebeu 84 votos a favor. Os fatos mostram, opostamente ao discurso da entidade, mas em consonância com as pretensões burocráticas de parte de sua direção, que o uso de métodos estranhos aos explorados acaba distanciando cada vez mais os estudantes de seus organismos de luta.

São Paulo**Ato contra as empresas terceirizadas**

No dia 5 de janeiro, uma comissão de trabalhadores terceirizados e conselheiros da Apeoesp de Mauá estiveram na Secretaria da Educação, exigindo uma resposta do Secretário sobre os abusos das empresas terceirizadas, enquanto outros permaneceram no local, aguardando o desfecho da reunião. Os representantes da Seduc informaram que as empresas que não cumprem com as determinações dos contratos ficam impedidas de continuar com a prestação de serviços. Por isso, houve a ruptura do contrato com a Destak. Ocorre que essa informação não corresponde à verdade, haja vista que a Destak atuou na diretoria de ensino de Mauá por mais de 5 anos, e sempre atrasou o pagamento de salários, do vale transporte, dos tickets alimentação, etc. Inúmeras reclamações dos funcionários de limpeza terceirizados foram feitas, junto às direções de escola e supervisores, e nunca houve resposta. Até que, em outubro do ano passado, ocorreu a paralisação dos serviços por três dias e, no mês seguinte, a empresa deu calote definitivo em todos os funcionários. Como se vê, as regras contratuais são para inglês ver, servem apenas para beneficiar os donos das empresas. Com relação à nova empresa terceirizada contratada em Mauá, SR Serviços Terceirizados, a Comissão reclamou que ela reduziu a quantidade de funcionários de limpeza nas escolas, a jornada de trabalho para 4 horas, e os salários pela metade. A resposta dos representantes da Seduc foi de que essa proposta foi acordada com o sindicato da categoria, o Sindlimp.

A conclusão dessa reunião já era esperada. A Seduc diz que paga corretamente as empresas, e joga a responsabilidade pelo contrato à diretoria de ensino. Fala de um acordo com o sindicato, mas ninguém tinha ouvido falar desse Sindlimp. O fato é que os trabalhadores da Destak ainda não receberam seus direitos, e a nova contratada reduziu a jornada e salário, pagando metade do salário mínimo de fome, R\$ 600. Como não há um forte movimento contra os abusos das terceirizadas, as empresas aproveitam para descumprir os contratos, cortar salários e não pagar os direitos. E o governo fecha os olhos, porque pretende

expandir a terceirização nas escolas, em vez de contratar funcionários. Isolados e sem força coletiva, os trabalhadores terceirizados têm recorrido à Justiça para receber os direitos. Portanto, um caminho oposto à luta coletiva contra a terceirização.

A Corrente Proletária, que vem intervindo na organização desse movimento, divulgou um Boletim, que trouxe três pontos. O primeiro, sobre a luta em defesa dos salários e dos direitos dos trabalhadores terceirizados. A nota relata os diversos abusos cometidos pelas empresas, além da postura do governo paulista, que tenta cinicamente se livrar da responsabilidade. A vanguarda dos professores, que atua desde a Subsede de Mauá, tem apontado o caminho correto, que é o da luta coletiva. Mostra que o problema não se limita a algumas empresas, mas vem generalizando-se, como é o caso das empresas terceirizadas que atuam na prefeitura de SP. Conclui que a luta tem de ser pelo fim da terceirização e efetivação dos trabalhadores terceirizados. E que esta bandeira deve ser assumida pelas centrais e sindicatos, para que haja um poderoso movimento, para pôr abaixo a Lei da Terceirização.

A segunda nota é uma denúncia do processo de atribuição de aulas dos contratados (Categoria O), processo que se deu pela via virtual. Mostra que a Subsede de Mauá vem travando um combate contra a atribuição virtual e, conseqüentemente, os inúmeros problemas decorrentes. Critica a direção da Apeoesp, de não organizar uma luta coletiva pela rejeição da atribuição de aulas por meios eletrônicos. E termina, exigindo que a direção do sindicato convoque uma assembleia presencial, para organizar a resistência coletiva dos professores.

A terceira, se refere às eleições sindicais, marcadas para o dia 28 de abril. Chama a vanguarda com consciência de classe a se colocar em defesa da democracia sindical, por uma chapa classista e de luta, e a rejeitar a política de conciliação de classes, que marca a atual gestão da Chapa 1/PT. Daí a importância das plenárias, para a discussão do programa e constituição de uma chapa verdadeiramente de oposição.

Retrato de uma trágica realidade

Rejeitar a subordinação dos sindicatos à estratégia eleitoral Organizar os explorados para enfrentar os capitalistas e governantes

O ano de 2022 se inicia, carregado de uma dura situação para a grande maioria da população. A crise econômica, aprofundada depois de dois anos de pandemia, deixou uma ferida aberta para boa parte das famílias brasileiras. Um país com 13 milhões de trabalhadores desempregados, certamente, golpeou grande parte dos lares. São 73,2 milhões de trabalhadores que não contam com direitos trabalhistas elementares: 37 milhões informais, 24,4 milhões que trabalham por conta própria, e 10,8 milhões que não têm carteira assinada. As demissões, particularmente na indústria, obrigam os desempregados a recorrer aos setores de serviços, de baixa remuneração, e contratos extremamente precários. Para agravar, o valor o salário mínimo deverá ser de R\$ 1.212,00, que mal repõe a inflação oficial, que atingiu dois dígitos.

Bolsonaro mantém o miserável salário mínimo

O governo Bolsonaro estabeleceu o valor do novo Salário Mínimo Nacional em R\$ 1.212,00. Esse valor miserável representa apenas o reajuste da inflação (10,18%), ou seja, não houve nenhum ganho real. Segundo o Dieese, o salário mínimo serve de referência para 56 milhões de trabalhadores no Brasil, sendo 24 milhões de aposentados. De acordo com o mesmo instituto, em novembro (última referência de pesquisa), o salário necessário para um trabalhador e sua família viver era de R\$ 5.969,17, tendo como referência a cesta básica mais cara do país, que foi de Florianópolis, de R\$ 710,53.

Entramos em 2022, e os indicadores econômicos mostram que será um ano de inflação alta e, consequentemente, aumento do preço dos produtos de primeira necessidade. Assim, o salário mínimo estipulado não dará para suprir o básico aos trabalhadores. Acrescido a isso, o desemprego continua elevado. A taxa ficou em 12,6%, no trimestre encerrado em novembro de 2021, atingindo 13,5 milhões de pessoas.

Diante desse quadro de profunda precarização das condições de vida da maioria explorada, os sindicatos e centrais apenas lamentam o reajuste, mas não fazem nada para erguer uma campanha nacional por um salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores, em suas assembleias. Dizem apenas que, durante o governo do PT, o salário mínimo obteve valorização. Uma clara intenção de arrastar os explorados para as eleições presidenciais desse ano, mantendo as ilusões na democracia burguesa putrefata.

O Partido Operário Revolucionário defende o Salário Mínimo Vital, reajustado automaticamente, de acordo com a elevação do custo de vida (escala móvel de reajuste). Defende também a Escala Móvel das Horas de Trabalho, que é a divisão de todas as horas existentes entre aqueles que podem trabalhar. No entanto, para que isso ocorra, é necessário o enfrentamento com a burguesia e seus governos. Somente através dos métodos próprios da classe operária, que são as manifestações de rua, as greves, piquetes e ocupações, é que essas reivindicações poderão ser conquistadas.

As direções sindicais e políticas, depois de mais de um ano na passividade, a romperam parcialmente, porém, submeteram o movimento à estratégia da Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro, e depois às disputas eleitorais. Esse caminho esteve e está na contramão das necessidades vitais dos explorados. A classe operária permaneceu desorganizada. Sem a organização desse principal contingente, não tem como se imporem as reivindicações que unificam a maioria explorada e seus métodos próprios de combate. Para isso, é preciso rejeitar a subordinação dos organismos dos trabalhadores à estratégia burguesa das eleições. A independência de classe e a democracia operária nas assembleias são fundamentais para pôr em pé um poderoso movimento pelas reivindicações dos trabalhadores.

Defender, nas ruas, emprego e estudos aos jovens

Um país que tem a cifra assombrosa de 12,3 milhões de jovens, que não estudam e não trabalham, evidencia o tamanho do impacto da crise econômica e social. Se verificado entre essa massa de jovens o que pretende, a maioria responde que é conseguir um emprego e retornar aos estudos. Referimo-nos ao contingente de 30% dos jovens até 29 anos. Uma parcela justifica o abandono dos estudos em função do desemprego dos pais, e de ter de se sujeitar aos “bicos”, para ajudar na despesa da casa. Outra diz que os estudos superiores eram custeados pelos pais, que não puderam mais manter esses gastos com Educação. Outra, justifica que, com a Pandemia e os estudos virtuais, não viu sentido continuar, porque nada aprendiam. Mas há aquela que cansou de correr atrás de emprego, gastar dinheiro com as entrevistas de trabalho, e não ver resultado. A consequência é a brutal evasão escolar, em todos os níveis, e uma quantidade enorme de jovens tipificados de “nem-nem”.

Diante dessa situação, as direções sindicais e estudantis usam essa tragédia para ilustrar seus discursos. Setores da burguesia e a grande imprensa, indignados diante das cifras, responsabilizam as famílias e a juventude pelo abandono dos estudos, e pela baixa qualificação, o que inviabiliza entrar no mercado de trabalho. Os reformistas aproveitam para criticar o governo Bolsonaro pela falta de políticas públicas, e elogiar os feitos do governo Lula. O fato é que, desde 2012, vem crescendo uma geração de jovens totalmente marginalizada do acesso à Educação e ao trabalho. Porém, o caminho é o da luta, o que significa organizar em torno às reivindicações que unificam a maioria da juventude oprimida. As bandeiras de redução da jornada sem reduzir os salários, empregos a todos os membros da família aptos ao trabalho e, no caso dos jovens, a luta por 4 horas na produção social e o restante nos estudos, unificam os explorados em geral, e a juventude oprimida, em particular.

São Paulo

Responder ao criminoso aumento das passagens de ônibus

As prefeituras de várias cidades do estado de São Paulo irão aumentar as passagens de ônibus. Até o momento, são elas: São José do Rio Preto, Guarulhos, Francisco Morato, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Todo ano, a mesma ladainha dos prefeitos, agora, acrescida da justificativa de que, com a Pandemia, as empresas de ônibus perderam dinheiro. Na realidade, governo e patrões irão sacrificar ainda mais a maioria da população, que depende do transporte coletivo.

No início do mês de dezembro, o prefeito petista da cidade de Mauá, com o apoio dos vereadores, concedeu um desconto de 50% no Imposto Sobre Serviço (ISS), sem nenhuma contrapartida para o município, o que provocou uma redução na receita de R\$ 3 milhões ao ano aos cofres municipais. Em Bernardo do Campo, a passagem de R\$4,75 irá para R\$5,10. Lembremos que prefeito desta cidade, Orlando Morando/PSDB, foi o primeiro a cortar o passe do idoso com mais de 60, sob a alegação de que o idoso tinha de ficar em casa, devido a pandemia. Cortou o passe para o idoso cumprisse o isolamento social. Mauá e Diadema, duas prefeituras dirigidas pelo PT, já anunciaram a elevação das passagens. O prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira, não apenas aumentou a passagem como garantiu um ISS menor para a Suzantur.

Todo início de ano, os prefeitos para protegerem os capitalistas dos transportes aumentam o valor das passagens. Com a pandemia, aproveitaram para cortar o passe dos idosos e dos estudantes. Vale lembrar o jogo com o vale transporte, ou seja, a passagem custa 4,40, mas o desconto do vale transporte é de 4,83, então o custo do transporte é maior. O prefeito Bruno Covas já havia cortado o bilhete dos idosos, reduzido o passe livre estudantil e aumentado a passagem de 4,30 para 4,40. Agora o prefeito Nunes já anunciou o aumento da tarifa.

Desgraçadamente, os dirigentes sindicais, populares e estudantis não organizaram a luta para enfrentar essa ofensiva generalizada dos prefeitos. No ABC, o movimento contra o aumento das passagens está subordinado ao consórcio dos prefeitos. Porque dizemos subordinado? Nos últimos anos, as reivindicações foram levadas em forma de ofício, memorando ou

de pequenos atos para protocolá-las. Portanto, um método estranho à luta dos explorados. Por essa via, a derrota foi e é certa. Na capital, o Movimento Passe Livre esteve de quarentena estes dois anos. Até o momento, não há nenhuma convocação de assembleias e plenárias para organizar a resistência contra o aumento das passagens. Assim, um movimento chamado de última hora, sem preparação, não reunirá a força necessária para enfrentar a ação centralizada dos prefeitos em torno à elevação das tarifas. Por outro lado, a desorganização da classe

operária acaba favorecendo a política dos prefeitos e dos empresários dos transportes.

É tarefa da vanguarda com consciência de classe exigir que as direções dos movimentos organizem manifestações de rua contra mais essa ofensiva sobre a vida dos explorados. Que convoquem as assembleias e plenárias e ergam os comitês de luta nos bairros para enfrentar os aumentos de passagens e defender

as reivindicações de empregos, salários e direitos trabalhistas.

Nossas reivindicações e métodos de luta

É preciso partir dessa dura realidade: somos 13 milhões de desempregados, 37 milhões de informais, 20 milhões que passam fome e outros milhões que sobrevivem com o salário mínimo miserável. A maioria da população depende do transporte público. Com uma tarifa de mais de R\$ 5 e com o fim do vale transporte para uma boa parte dos idosos e estudantes, tem se tornado impeditivo sair de casa para procurar emprego, se deslocar para o trabalho e ter acesso à saúde e educação. Nesse sentido, não basta lutar contra o aumento das tarifas e em defesa do vale transporte gratuito para idosos e estudantes. Essas reivindicações devem ser combinadas com a luta pelo passe livre aos desempregados, subempregados, idosos e estudantes. E fundamentalmente com a defesa da estatização do transporte público, sob o controle operário. Portanto, um combate aos capitalistas dos transportes e seus governantes. O que implica organizar os explorados e potenciar os métodos próprios dos trabalhadores, que necessariamente têm de ser as manifestações massivas de rua, a constituição dos comitês de mobilização, greves e bloqueios.



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

PO

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Ceará

Prefeitura e Sindiônibus anunciam aumento da passagem de ônibus

É preciso organizar a luta contra a nova tarifa! Pela estatização sem indenização do sistema de transporte, sob controle operário!

No dia 5 de janeiro, a prefeitura de Fortaleza e o Sindiônibus anunciaram o aumento das passagens de ônibus, de R\$3,60 para R\$3,90 (inteira) e de R\$1,60 para R\$1,80 (meia passagem), um reajuste de 8,3%. A nova tarifa entrará em vigor a partir do dia 15.

Alegando despesas com a alta dos combustíveis e redução de 35,9% na demanda de passageiros, o Sindiônibus (sindicato patronal) pressionava, desde dezembro, por um reajuste de 50% nas tarifas, caso não houvesse subsídio ao setor. Na queda de braços, o governo do estado e a Prefeitura fecharam um acordo para o repasse de R\$ 6 milhões mensais aos empresários. Sarto chegou a declarar na imprensa: *“São três anos consecutivos sem aumento da passagem de transporte público. O que aconteceu nestes dois anos de pandemia? Caiu pela metade o fluxo de passageiros. As pessoas primeiro eram orientadas a não aglomerar. Então o setor de transporte público está em uma crise profunda no Brasil”*. O Prefeito não poderia dar uma declaração

mais cínica e descabida. Sabemos que durante todo esse período de pandemia, os transportes públicos tiveram suas frota diminuídas e os ônibus permaneceram superlotados, pois a maioria pobre e oprimida não pode se dar ao luxo de ficar em casa. É preciso acrescentar ainda que, desde 2020, a extinção da função de cobrador (com a eliminação de 2 mil postos de trabalho) e o aumento da superexploração dos motoristas, deu às empresas uma nova margem de lucro.

É escandaloso como os governos põem os recursos a disposição dos capitalistas, enquanto a maioria pobre continua pagando pela crise econômica e pandêmica. Os R\$ 72 milhões anuais de aporte ao empresariado (mais do que suficientes para que uma parte do sistema seja estatizado) são a demonstração como os capitalistas necessitam parasitar o orçamento público.

O aumento da passagem é um golpe contra as condições de vida das massas exploradas. A maioria oprimida, que ne-

cessita se deslocar utilizando o transporte coletivo, não teve reajustes de salário ou teve reajuste bem abaixo da inflação. Os atuais R\$ 3,60 já pesavam no seu bolso dos assalariados, assim como eram proibitivos à imensa maioria de desempregados, desalentados e informais. A nova tarifa significará um maior sacrifício das suas condições de vida.

É que preciso que as centrais sindicais, sindicatos, associações e movimentos rompam com a paralisia e a política de colaboração de classes e convoquem plenárias unificadas para a organização da luta imediatamente. O POR convoca os explorados, e a juventude proletária em particular, a organizar um plano de lutas contra o aumento da passagem sob o método da ação direta. Abaixo o aumento das tarifas! Pela redução do valor da passagem e seu congelamento! Passe livre para estudantes e desempregados! Abaixo o Sindiônibus! Pela estatização do sistema integrado de transporte, sob controle dos trabalhadores e usuários!

Ceará

■ Prefeito Sarto/PDT sanciona lei da taxa do lixo em Fortaleza

O Prefeito Sarto/PDT sancionou, em fins de dezembro, a nova lei municipal (aprovada em caráter de urgência pela Câmara Municipal) que cria o programa “Fortaleza Cidade Limpa” e adequa-se à lei federal 14.026/20, do novo marco sanitário de Bolsonaro/Congresso. A lei nacional do Novo Marco do Saneamento impõe aos municípios investimentos e metas a serem atingidas no saneamento e no manejo de resíduos sólidos (entre eles a eliminação dos lixões). A nova legislação impõe a cobrança de uma taxa à população, sob pena dos municípios sofrerem represálias fiscais nos repasses federais em razão da violação da lei de responsabilidade fiscal etc.

O prefeito Sarto/PDT, ligado aos

Ferreira Gomes, viu a oportunidade de impor mais um tributo municipal e esquivar-se da responsabilidade apelando à obrigatoriedade da lei federal sancionada por Bolsonaro. Eis por que a base do prefeito na Câmara recorreu ao argumento de que a cidade tem um custo anual de R\$ 27 milhões e que as prefeituras, devem garantir a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados. Com a aprovação do “Fortaleza Cidade Limpa”, a prefeitura terá até julho/2022 para decidir o valor e iniciar a cobrança.

A lei no novo marco sanitário expressa a necessidade de ampliar o campo de ação das empresas ligadas a estes serviços (as ações da Sabesp, em São Paulo cresceram 6% após o anúncio da

aprovação da lei) que serão contratadas pela prefeitura. Na raiz desta nova ofensiva dos governos e capitalistas sobre as massas, encontra-se a profunda desintegração capitalista.

O proletariado e a população mais pobre e miserável, esmagados pela fome, desemprego e destruição de direitos não tem como arcar com um novo imposto, que servirá para ampliar os lucros dos grupos empresariais. O POR exige que as centrais, associações de bairro e movimentos convoquem imediatamente os explorados a lutar contra a taxa do lixo. Abaixo a Taxa do Lixo! Que os ricos paguem a conta do saneamento básico! Que a CUT, Sindicatos e Associações de moradores convoquem os explorados à luta!

Metalúrgicos do ABC

Direção do sindicato aprova mais um acordo, que permite à Volkswagen eliminar postos de trabalho e direitos

Em assembleia no dia 14 de dezembro de 2021, o presidente do sindicato, Wagner Santana, o Wagnão, defendeu e conseguiu aprovar novas regras, no acordo feito em setembro de 2020, que permite à empresa colocar até 2025, trabalhadores em lay-off e eliminar postos de trabalho, através de PDVs, reduzir salários e direitos.

Atualmente, 2.400 operários na Volks estão em lay-off, com o contrato de trabalho suspenso, com redução de 15% nos salários e nos direitos correspondentes. Apenas o primeiro turno da fábrica está produzindo. Pelo novo acordo, 450 operários terão de aceitar o PDV. Sabemos que a pressão psicológica e o terrorismo são grandes, para atingir sua meta.

Plano médico. O novo acordo permite a empresa descontar 3% do reajuste do INPC do período, e deixa de cobrar 3% do plano médico. Os trabalhadores perdem, porque os 3%, descontados do INPC, não serão incorporados às férias, no 13º, FGTS, nem ao próximo reajuste. É importante lembrar que, no início do plano médico, os trabalhadores não pagavam 3%, nem 1/3 do valor das consultas. Na verdade, os trabalhadores não deixaram de pagar 3%, apenas devolveram um direito que já era deles, e continuarão pagando 1/3 das consultas.

Os metalúrgicos que participaram da assembleia, certamente, se perguntavam se o Wagnão era presidente do sindicato, ou era um diretor da Volkswagen. Antes de começar a defender a proposta apresentada pela fábrica, o Wagnão informou que estava se aposentando, que deixaria a direção do sindicato, e que aquela seria sua última assembleia. Falou da sua história na fábrica e, com a maior “cara de pau”, mentiu, dizendo que passou mais de trinta anos no sindicato defendendo os trabalhadores. Vamos lembrar alguns acordos feitos com a Volkswagen, para provar que o Wagnão e a direção defendem a fábrica.

Em 1998, a direção fez o acordo de semana de 4 dias, redução da jornada com redução de 15% nos salários. Em 2001, a direção negociou um acordo que permitiu à Volkswagen demitir 700 trabalhadores, e reduzir os salários em 15%. Dos novos contratados, em 30% (dividindo os operários entre aqueles que ganham mais e os que ganham menos, embora façam o mesmo trabalho). Permitiu também terceirizar os setores de fundição (Ala 5), os motoristas de testes, a logística, pé de mola, a Ala 21, etc. Em 2003, fizeram o acordo, chamado pela fábrica de Auto-Visão, que os operários logo chamaram de auto-facão. Com esse acordo, a Volks, através da pressão e do terrorismo demitiu em massa, terceirizou vários setores, reduziu salários e direitos. E assim, a cada novo acordo, a Volkswagen, com a ajuda da direção sindical, vem conseguindo demitir, reduzir o número de operários, salários e direitos. Perguntamos: podemos acreditar que o Wagnão e a direção têm defendido os trabalhadores? Não, camaradas!

Os operários da Volkswagen e os metalúrgicos em geral têm perdido empregos e direitos. Todos os que conhecem a história do Wagnão, do Feijó, do Luiz Marinho, e dos demais ex-presidentes do sindicato sabem que esses pelegos deixaram de defender os operários há muito tempo. A direção e os diretores sindicais se tornaram verdadeiros defensores dos interesses dos patrões. Eles passaram a perseguir e a delatar, para serem demitidos os ope-

rários que fazem críticas à sua política de colaboração e traição, ou que se organizam para enfrentar os patrões. Os operários, em todas as fábricas, já sabem que as direções dos sindicatos, sejam da Força Sindical, ou da CUT, estão do lado dos patrões, que não representam a classe operária.

O acordo, feito em setembro de 2020, e a modificação aprovada agora, em dezembro de 2021, no mesmo acordo, são mais uma prova de que a direção sindical, frente aos ataques da Volks e dos demais patrões, não apresenta uma proposta para defender os interesses dos operários.

Vamos reproduzir parte do que o Wagnão falou na assembleia, para provar o que estamos dizendo.

Na assembleia, o Wagnão disse que a fábrica chamou o sindicato para falar da produção, e informou que, nos quatro primeiros meses de 2022, haverá redução de 20% na produção. Disse que o presidente da Volkswagen, Pablo Di Si, informou que há um programa de demissão na Alemanha, de 30 mil trabalhadores. Que estão pressionando para demitir no Brasil, e que, se a situação não melhorar, o terceiro turno não tem perspectivas de retorno até 2023. Segundo o Wagnão, o presidente da Volks disse que precisava demitir 450 trabalhadores através do PDI. O presidente da Volks, segundo o Wagnão, disse também que o INPC estava lá em cima, e que precisava resolver esse problema, porque o custo da folha iria aumentar. O Wagnão e a direção sindical começaram então a negociar com a fábrica e, como vimos, a proposta, apresentada e defendida pelo sindicato aos operários, permite a fábrica eliminar 450 postos de trabalho, através do PDV e reduzir o reajuste salarial. Exatamente o que a fábrica queria. O Wagnão e a direção começaram a pensar no discurso, em como iriam fazer os operários votarem a favor de sua própria demissão e redução de salários.

Na assembleia, o Wagnão disse que a fila para comprar um carro hoje é grande, porque faltam semicondutores. Em seguida, o Wagnão pergunta: a culpa é nossa? Ele mesmo responde: não! Logo depois, pergunta: a culpa é da fábrica? O Wagnão responde: também não! O Wagnão, então conclui, dizendo que a culpa é do mercado, que aumentou a demanda de semicondutores.

Percebam que o Wagnão começou sua fala já tratando de defender a Volkswagen, afirmando que ela não é a culpada, não é a responsável pelo problema. O mesmo Wagnão, que escutou o presidente da Volks dizer que na Alemanha irá demitir 30 mil operários, e que aqui quer demitir 450, diz que a responsável não é a Volks. Se a Volks não é a responsável pelas demissões e ataques aos trabalhadores, quem é, companheiros? O pelego Wagnão tenta enganar os operários, dizendo que a Volkswagen não é a responsável pelas demissões e retirada de direitos, que a culpa é do mercado, é dos semicondutores. Nós sabemos que o mercado não tem vida própria, e que são os patrões, as empresas é que produzem as mercadorias vendidas no mercado. Hoje, são os semicondutores, amanhã, pode ser qualquer outro produto.

Aqui, podemos ver como o Wagnão e a direção do sindicato procuram sempre esconder dos operários que a burguesia (patrões), é a verdadeira responsável pelas demissões, miséria e fome que afetam a classe operária. Tentam esconder que os capitalistas,

que os grandes monopólios, entre eles, a Volkswagen, são quem determinam o quê, quando, onde e a quantidade de mercadorias que existirá no mercado.

Quando os companheiros da Volkswagen e demais metalúrgicos entenderem – e vamos trabalhar para que isso aconteça o mais rápido – o quanto a direção do sindicato tem ajudado os patrões a tirar seus empregos, a reduzir seus salários e direitos, certamente, além de rejeitarem as propostas patronais que a direção apresenta nas assembleias, irão, expressando sua revolta e ódio de classe, tombar o caminhão de som com os pelegos traidores em cima dele. Os companheiros com mais tempo de fábrica na Volks devem lembrar que, em 2003, trabalhadores, em sua maioria da ala 21, quase tombaram o caminhão de som com o Feijó, na época presidente do sindicato, e com outros pelegos em cima. O acordo defendido pelo Feijó, em 2003, permitia, como dito antes, à Volks, demitir, reduzir salários, terceirizar a ala 21, etc. O Feijó ficou quase uma hora em cima do caminhão, com medo de descer. Pediu para chamar a polícia, e só desceu quando essa chegou. Alguns companheiros podem dizer: “mas isso é violência”. Camaradas! Criminoso é o que vem fazendo a direção do sindicato com os trabalhadores. Violência é quando a direção do sindicato negocia com os patrões a demissão dos trabalhadores, deixando-os sem seus empregos, sem seus salários para manter suas famílias. Ao entender que produzem toda a riqueza da sociedade, a classe operária vai tomar consciência da sua força de luta, que é a classe revolucionária no capitalismo, e que, lutando coletivamente, poderá colocar fim a exploração capitalista. A classe operária vai entender que não precisa de patrões, que pode tomar o controle da produção, das fábricas em suas próprias mãos. Nem patrões. Nem chefes. Impor o controle operário da produção.

O Wagnão falou na assembleia que o preço dos carros aumentou muito, no último ano, porém, como queria colocar medo nos operários para que aprovassem a proposta da fábrica, escondeu o fato de que a Volkswagen obteve muito lucro nesse período.

Os próprios meios de comunicação da burguesia mostram o quanto a Volks lucrou. Uma matéria da CNN, de 29/07/2021, informou que a Volkswagen registrou lucro de 5,04 bilhões de euros, no segundo trimestre de 2021. A matéria informa que esse lucro foi resultado dos cortes de custos e margens maiores da marca VW. Companheiros, vocês acham que a direção sindical não sabe que a Volks lucrou bilhões? Eles sabem. Sabem também que os acordos feitos permitem à empresa aumentar seu lucro.

Uma direção sindical independente e revolucionária teria falado para os operários na assembleia que o sistema capitalista, que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, na exploração da força de trabalho da maioria, por uma minoria de patrões parasitas, é o responsável por toda a desgraça que recai sobre as massas. Teria dito que a Volkswagen e demais montadoras aumentaram o preço dos carros, e estão ganhando muito dinheiro. Que a Volkswagen está usando a falta de semicondutores para reduzir seus custos, eliminando postos de trabalho e direitos. Uma direção revolucionária diria aos operários que a crise econômica capitalista é mundial, é estrutural, que somente pondo fim à propriedade privada de todos os meios de produção (como fábricas, terras), transformando-a em propriedade social, coletiva, expropriando a burguesia do poder, por meio de uma revolução social, implantando o controle operário

coletivo da produção, construindo uma nova sociedade, socialista, em nível mundial, será possível colocar fim ao desemprego, à fome e à miséria, e defender a vida da classe operária e dos demais oprimidos.

Qual deve ser a resposta da classe operária quando os patrões ameaçam demitir?

Diferente do que fez o presidente do sindicato Wagnão, uma direção revolucionária teria chamado os operários a rejeitarem imediatamente a proposta da fábrica, e aprovarem a luta em defesa da redução da jornada sem redução de salários. Esta é a proposta que a classe operária deve defender, quando os patrões ameaçam demitir. Nenhuma demissão! Nenhuma redução de salário! Os operários não devem ter ilusões. Nenhum patrão vai aceitar reduzir a jornada, sem reduzir os salários na mesa de negociação, através do “diálogo”. A proposta de redução da jornada, sem redução de salários, se choca diretamente com o lucro dos patrões. Por isso, só pode ser conquistada através da luta, da ação direta das massas. A direção traidora abandonou o método de luta da classe operária, que é a greve, e passou a conciliar, negociar as demissões e retirada de direitos, sem luta. Somente por meio das greves, da ocupação de fábricas, da luta unificada, nacional, a classe operária vai impor à Volkswagen e demais patrões a redução da jornada sem redução nos salários. Defender, em nível nacional, a divisão das horas necessárias para produzir, entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados, sem redução nos salários.

Como a direção do sindicato tem conseguido, a cada ano, aprovar novos acordos de demissão e retirada de direitos dos operários?

A direção do sindicato divide os operários. Coloca trabalhadores contra trabalhadores. É a mesma tática que usam os patrões. O Sindicato, que foi criado pela classe operária para defender seus empregos e direitos, para unificar sua luta contra o ataque dos patrões, hoje, aqueles que estão na sua direção fazem totalmente o contrário.

O que devem fazer os operários quando a direção pelega em assembleia apresentar uma proposta, que inclua demissão e retirada de direitos?

Os operários devem votar contra a proposta e expulsar os pelegos da representação. Os operários devem eleger uma nova comissão, com camaradas que estejam dispostos a defender os interesses da classe operária. Uma comissão que respeite a decisão das assembleias. Que permita o direito de todos os operários e grupos de oposição de se expressarem nas assembleias. O Bolelim Nossa Classe trabalha e chama os operários a se organizarem para construir comissões internas de luta, democráticas, classistas e revolucionárias, no interior das fábricas e sindicatos. Alertamos sempre aos companheiros para que tomem todos os cuidados, para que os pelegos da direção não descubram que estão se organizando, até que tenham um bom número de operários dispostos a fazerem a luta, a se levantarem para lutar por suas reivindicações. Será na luta, nas greves em defesa dos empregos, dos salários e seus direitos, que os operários irão expulsar os pelegos da direção, e resgatar as comissões de fábrica e os sindicatos para a luta dos trabalhadores.

Pernambuco**Curso de formação permanente inicia debatendo o leninismo**

No dia 18 de dezembro, foi dado início a um novo ciclo de formação política do POR, sobre as “Contribuições de Lênin ao Marxismo”. A experiência de preparação da Revolução Russa e edificação do Estado Operário devem ser assimiladas por todos que defendem a revolução proletária no Brasil, como parte da tarefa de construção do socialismo em escala internacional. Apesar de já termos realizado várias atividades formativas, ainda não alcançamos a regularidade mensal que agora pretendemos seguir. A periodicidade é fundamental para o trabalho com os contatos e a formação dos quadros partidários. Utilizamos o mesmo material do curso de São Paulo, agora impulsionado também pela Associação 1º de Maio de Cultura Operária. Foram escolhidos extratos dos textos: “Discurso no 1º Congresso de toda a Rússia de Instrução Pública”; “Discurso pronunciado na Conferência de toda a Rússia das Comissões de Educação Política dos Departamentos de Instrução Pública Provinciais e Distritais”, e “Ao 1º Congresso de toda a Rússia do Proletkult – Projeto de Resolução”.

Iniciamos com o tema “Noção marxista de formação política”, com o objetivo debater a concepção e o método da formação marxista, passando por temas como: escola, conhecimento e sociedade de classes; a influência da igreja sobre a escola; e o conhecimento como arma do proletariado em sua luta contra a burguesia. Os presentes foram divididos em três grupos, sendo incumbidos de apresentarem um dos textos à plenária, ao final. Do primeiro grupo, que apresentou as conclusões do texto, destacou-se a atuação da burguesia, em seu projeto de subordinar o proletariado aos seus interesses, cerceando as formas de questionamento sobre as condições de vida existentes. Ressaltou que a burguesia precisa ser desmascarada, para que os explorados reconheçam seus verdadeiros inimigos, agindo em defesa de seus próprios interesses. O grupo 2, destacou aspectos relacionados à Educação que é ofertada nas escolas burguesas. Chamou atenção para o fato de que uma educação revolucionária não poderá ocorrer no modelo de escola atual, e que ela só pode ser experienciada no atual momento histórico fora dos muros escolares, e dentro do partido. Foi mencionada também a influência da religião sobre as massas. Por fim, foi ressaltado que, enquanto houver capitalismo, as massas não terão acesso a uma escola de fato científica. O grupo 3 destacou o problema da cultura na construção do Estado operário, o que necessariamente passa pela elevação cultural e apropriação do que houve de progressivo na cultura acumulada pela humanidade.

As falas do plenário apontaram que a escola não pode existir à margem da política, ao mesmo tempo em que não se deve nutrir a ideia de que esta instituição é capaz de emancipar a classe operária. Pois, para que a escola possa atender verdadeiramente aos interesses gerais da classe operária, é necessário destruir a burguesia. Apesar de a escola ser um instrumento de dominação burguesa, é preciso disputá-la, e usar seu aparato a favor da luta revolucionária, o máximo possível. O conhecimento que interessa à classe operária é aquele voltado a conhecer efetivamente a realidade para transformá-la. Um companheiro se propôs a fazer uma síntese sobre os três

pontos presentes no texto lido, indicando que, para Lênin, a Educação não é neutra, e não está acima da luta de classes. O proletariado deve absorver, do processo revolucionário, o conhecimento necessário à construção de suas lutas. Evidenciou a necessidade de engajar os professores na luta revolucionária. Outro camarada tratou do idealismo presente na Educação, ao alimentar a falsa ideia que é possível “vencer na vida” a partir dos estudos. Mencionou outra ilusão, alimentada também pelos reformistas, que diz respeito à capacidade da escola de transformar a sociedade. A escola é criatura da burguesia, por isso, não pode atender aos interesses revolucionários do proletariado. É necessário, portanto, confrontar as teses freireanas, que propagam a falsa ideia de que a escola transforma a sociedade. Pois, na verdade, é a transformação da sociedade que será capaz de transformar a escola. Ressaltou-se também que o marxismo não nasceu rechaçando a filosofia burguesa, e sim estudando-a, assimilando-a criticamente e avançando o conhecimento das leis sociais para impulsionar a luta de classes.

Em seguida, iniciou-se a fala sobre a conjuntura, apontando a tese defendida pelo POR, de permanência das tendências regressivas do capitalismo, desagregação econômica, que se encontra inclusive nos países imperialistas. Nesse contexto, o crescimento do PIB atual é uma recomposição do que foi perdido anteriormente. Ou seja, o crescimento econômico capitalista não é sustentável, ainda vivemos sob os efeitos da crise de 2008. Não há perspectiva de desenvolvimento sob o capitalismo, ao contrário, o que está posto é um cenário de crescente recessão econômica, que terá grande impacto na luta de classes. O aumento do número de bilionários sob a Pandemia evidenciou a marcha da concentração ainda maior da riqueza.

Durante a fala de conjuntura, o camarada apresentou dados e aspectos econômicos, que reforçam a situação de desintegração econômica vivenciada, como a questão do aumento da inflação como ataque brutal às condições de vida das massas. Apesar das taxas de desemprego terem caído, ressaltou-se que a recomposição dos postos de trabalho foi a pior possível: trabalho informal, condições de trabalho ainda mais precárias, e queda nos rendimentos. O governo responde à crise salvando a burguesia, e aumentando o arrocho sobre os trabalhadores.

No que diz respeito aos aspectos políticos, foi mencionado o esgotamento do movimento nacional pelo Fora Bolsonaro. A resposta das centrais sindicais foi a de esvaziar e desviar as energias para o campo eleitoral. A possível chapa, formada por Alckmin com Lula, tem o objetivo de sinalizar para o imperialismo que é a chapa capaz de substituir Bolsonaro sem romper com a linha de ataques às massas. Nesse processo, o proletariado se encontra atomizado, fato que reforça a necessidade da construção do partido revolucionário, sobretudo nesse período de crise, que empurra as massas para as lutas. O breve debate do plenário destacou a importância lutar pela independência política e organizativa dos explorados e suas entidades representativas, o que se dará com a luta pelas reivindicações de empregos, salários e direitos, com os métodos próprios da classe operária.

Nesta edição:

- 103 anos do assassinato de **Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo**, 15 de janeiro de 1919
- **Chile**: o que será o governo Boric
- **Argentina**: Para que se vão todos, precisamos expulsá-los com nossos próprios métodos de luta, com nossa política
- Intervenção da Rússia no **Cazaquistão**
- **Ucrânia**: Somente o programa próprio da classe operária pode garantir a autodeterminação da nação oprimida

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



103 anos do assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, 15 de janeiro de 1919



Não se trata apenas de lembrar o bárbaro assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, mas principalmente de compreender um período revolucionário tão extraordinário, e tirar as lições para a luta presente. Lênin denuncia a social-democracia pelos assassinatos, para evidenciar a ditadura de classe da burguesia, e a própria decomposição da democracia burguesa. Os reformistas que lamentavam a perda dos dois revolucionários alemães, ao mesmo tempo condenavam e combatiam a ditadura do proletariado. Ao contrário, tratava-se de explicar ao proletariado alemão o conteúdo contrarrevolucionário da violência desfechada contra os marxistas internacionalistas, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e o conteúdo revolucionário da violência do proletariado contra a burguesia. Explicar para as massas a distinção histórica entre a ditadura de classe da burguesia e a ditadura de classe do proletariado.

Publicamos abaixo algumas considerações feitas por Lênin sobre esses dois revolucionários.

Passagens extraídas da Carta aos Operários da Europa e América do Norte, de 21 de janeiro de 1919

“O nome de Karl Liebknecht é conhecido pelos operários de todos os países. Em todas as lugares, e, sobretudo, nos países da Entente, este nome é símbolo da abnegação de um dirigente dos interesses do proletariado, da fidelidade à revolução socialista. Este nome é símbolo de uma luta verdadeiramente sincera, verdadeiramente disposta ao sacrifício, implacável, contra o capitalismo. Este nome é símbolo de uma luta intransigente contra o imperialismo, não em palavras, mas sim nos fatos; de uma luta disposta ao sacrifício, precisamente no momento em que “seu” país está embevecido pelas vitórias imperialistas. Com Liebknecht e os “espartaquistas”, estão os socialistas alemães honrados e verdadeiramente revolucionários, todos os melhores homens, os mais fiéis ao proletariado, às massas exploradas, que fervilham de indignação, e que estão mais dispostas, a cada dia, a se lançarem à revolução.

Contra Liebknecht estão os Scheidemann, os Südekum, e todo bando de lacaios depreciáveis do Kaiser e da burguesia. São tão traidores ao socialismo como os Gompers e os Víctor

Berger, os Henderson e os Webb, os Renaudel e os Vandervelde. Representam essa camada alta de operários, que foi subornada pela burguesia, os que nós, os bolcheviques, chamávamos (aplicando-o aos Südekum russos, aos mencheviques) “agentes da burguesia no movimento operário”, e aos quais os melhores socialistas da América do Norte deram o magnífico, expressivo e muito adequado título de “posto avançado operário da classe capitalista”. Representam o novíssimo “moderno” tipo de traição ao socialismo, pois, em todos os países civilizados, adiantados, a burguesia rouba – mediante a opressão colonial ou obtendo “vantagens” financeiras de povos débeis, formalmente independentes –, saqueia uma população muitas vezes superior à de “seu” país. Este é o fator econômico que permite à burguesia imperialista obter “superlucros”, parte dos quais se destinam a subornar a camada mais alta do proletariado, e transformá-la em pequena burguesia reformista, oportunista, temerosa da revolução.

Entre os espartaquistas e os partidários de Scheidemann, estão os vacilantes, os pusilânimes “kautskistas”, “independentes” de palavra, mas nos fatos, inteiramente e em toda a linha, dependentes, hoje da burguesia e dos partidários de Scheidemann, amanhã dos espartaquistas. Alguns seguem os primeiros, e outros os segundos. São gente sem ideias, sem firmeza, sem política, sem honra, sem consciência, encarnação viva da desorientação de filisteus, que apoiam em palavra a revolução socialista, mas que na realidade são incapazes de compreendê-la uma vez que inicia, e que defendem como renegados a “democracia” em geral, isto é, defendem, na prática, a democracia burguesa.

Em cada país capitalista, todo operário que pensa poderá perceber – em uma situação que varia segundo as condições nacionais e históricas – estas mesmas três correntes fundamentais entre os socialistas e entre os sindicalistas, pois, a guerra imperialista e a incipiente revolução proletária mundial engendram idênticas tendências ideológicas e políticas, em todo o mundo.

.....

As linhas acima foram escritas antes do brutal e covarde assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo pelo go-

verno de Ebert e Scheidemann. Esses verdugos, inclinados servilmente diante da burguesia, permitiram que os guardas brancos alemães, os cães de guarda da sagrada propriedade capitalista, linchassem Rosa Luxemburgo, assassinassem Karl Liebknecht, atirando pelas costas, sob o falso pretexto de que tentava “fugir” (o czarismo russo recorreu muitas vezes a esse pretexto, para assassinar os prisioneiros durante a sanguinária repressão da revolução de 1905). Ao mesmo tempo, esses verdugos protegem os guardas brancos com a autoridade de um governo que se proclama inteiramente inocente, e situado por cima das classes! Não há palavras para expressar a ignomínia e covardia desse crime, perpetrado por pressupostos socialistas. Pelo visto, a história elegeu um caminho, no qual o papel de “posto avançado operário da classe capitalista” deve ser representado até o “último grau” de ferocidade, ignomínia e covardia. Que os toscos kautskistas digam, em seu jornal “Freiheit, sobre um “tribunal” de representantes de “todos” os partidos “socialistas” (estes espíritos servis insistem em que os assassinos como Scheidemann são socialistas)! Estes campeões da necessidade filisteia e da covardia pequeno-burguesa nem sequer compreendem que um tribunal é um órgão do poder estatal, e que a luta e a guerra civil na Alemanha se travam, precisamente, para decidir em mãos de quem ficará esse poder: em mãos da burguesia, à qual “servem” os Scheidemann, como assassinos e instigadores de progroms; os Kautsky, como glorificadores da “democracia pura”; ou em mãos do proletariado, que derrotará os exploradores capitalistas, e esmagará sua resistência.

O sangue dos melhores representantes da Internacional proletária mundial, dos inesquecíveis dirigentes da revolução socialista internacional, temperará as novas e novas massas operárias para luta de vida ou morte. E esta luta conduzirá à vitória. No verão de 1917, vivemos na Rússia as “jornadas de julho”, quando os Scheidemann russos, os mencheviques e os socialistas revolucionários, também proporcionavam proteção “estatal” para a “vitória” dos guardas brancos sobre os bolcheviques, e quando os cossacos lincharam o operário Vóinov ⁽¹⁾, nas ruas de Petrogrado, por distribuir panfletos bolcheviques. Sabemos, pela experiência, com que rapidez essas “vitórias” da burguesia e de seus lacaios curam o povo de suas ilusões na democracia burguesa, no “sufrágio universal”, etc.

⁽¹⁾ Lênin se refere ao bárbaro assassinato do bolchevique I. A. Vóinov, ativo militante e operário da imprensa do Pravda, ocorrido em 6 de julho de 1917. Depois de os Cadetes militares destruírem a redação do jornal Pravda, Vóinov interveio nas jornadas de julho, em Petrogrado, na impressão do “Boletim do Pravda”, e foi assassinado durante a distribuição deste boletim, na rua Shpálnaia.

Extraído das Obras Completas,
Lênin, tomo XXX, Akal Editor)

Passagem extraída do I Congresso da Internacional Comunista, 4 de março de 1919

“Na Alemanha, o país capitalista mais desenvolvido do continente europeu, os primeiros meses de plena liberdade republicana, implantada como consequência da derrota da Alemanha imperialista, mostraram, aos operários alemães e a todo o mundo, a verdadeira natureza de classe da repúbli-

ca democrático-burguesa. O assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo é um acontecimento de alcance histórico mundial, não só porque morreram tragicamente os melhores homens e dirigentes da verdadeira Internacional proletária, da Internacional Comunista, mas também porque foi colocada definitivamente às claras a natureza de classe de um Estado europeu avançado (pode-se dizer, sem exagerar: de um Estado avançado em escala mundial). Isto é, se determinados homens, que estavam sob a proteção do poder do Estado, podem ser assassinados impunemente por oficiais e capitalistas, sob um governo dirigido por social patriotas, se deduz que uma república democrática, em que podem ocorrer tais coisas é uma ditadura da burguesia. Aqueles que expressam indignação pelo assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, mas não compreendem esse acontecimento, não fazem senão colocar às claras sua estupidez ou sua hipocrisia. A “liberdade” em uma das repúblicas mais livres e avançadas do mundo, na república alemã, é a liberdade de assassinar impunemente os dirigentes do proletariado presos. E não pode ser de outro modo, enquanto existir o capitalismo, pois, o desenvolvimento da democracia não atenua, mas sim agudiza a luta de classes, que, em virtude de todos os resultados e influências da guerra e suas consequências, chegou a seu ponto de ebulição.

Em todo o mundo civilizado, se banem agora os bolcheviques, os perseguem, os encarceram, como por exemplo na Suíça, uma das repúblicas burguesas mais livres, e na América do Norte se organizam progroms contra os bolcheviques, etc. Do ponto de vista da “democracia em geral” ou da “democracia pura”, é sensivelmente ridículo que países avançados, civilizados, democráticos, armados até os dentes, tenham a presença de umas poucas dezenas de pessoas da Rússia atrasada, faminta e arruinada, e que milhões de exemplares de jornais burgueses qualifiquem de selvagem, criminoso, etc. É claro que uma situação social que pôde originar uma contradição tão patente, é praticamente uma ditadura da burguesia.

(Extraído das Obras Completas,
Lênin, tomo XXX, Akal Editor)

Passagem extraída do Informe no I Congresso de Cossacos, 1 de março de 1920

“Dizem que, na Rússia, há uma guerra civil, e se derrama sangue, porque somos um país atrasado. Mas, diga-me, por que ocorre o mesmo em outros países não atrasados, como Finlândia? Por que, na Hungria, se desfechou um terror branco que causa indignação em todo o mundo? Por que foram assassinados Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, na República alemã, na qual, desde a derrocada do Kaiser, está sob o poder dos mencheviques e dos socialistas revolucionários? E por que, nela, é forte um Kornilov e não os mencheviques, como o são também os bolcheviques, aqueles, ainda que estando acosados, são fortes pela sua confiança na justiça de sua causa, e por sua influência sobre as massas?

Esta é a revolução mundial, da qual se dizia que, com ela, os bolcheviques enganavam o povo, quando na realidade se transformou em um completo absurdo.”

(Extraído das Obras Completas,
Lênin, tomo XXXII, Akal Editor)

Chile: o que será o governo Boric

Logo após as eleições do Chile e a vitória de Boric, publicamos um Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Abaixo, reproduzimos a sua apresentação. Com o balanço do Cerqui e a exposição das posições de sua seção chilena – Comitê Construtor do POR no Chile –, será possível verificar se houve um acerto em toda a linha, baseando-se nas experiências futuras do governo nacional-reformista.

Apresentação

Este Boletim traz um posicionamento do CERQUI sobre as eleições presidenciais no Chile, e da seção chilena Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário. O balanço da disputa eleitoral e as previsões nele contidas deverão ser demonstrados durante a vigência do governo da Frente Ampla e do Partido Comunista do Chile. Parte significativa das análises e explicações já está comprovada pelos acontecimentos e pelas posições de Boric.

Inúmeras eleições ocorreram na América Latina, neste último período. As eleições presidenciais mais recentes, anteriores às do Chile, ocorreram em Honduras. Venceu Xiomara Castro, do partido Liberdade e Refundação (Libre), de tendência nacional-reformista. A derrota do candidato do Partido Nacional (PN), Nasry Asfura, indicado para ser sucessor do presidente Juan Orlando Hernández Alvarado, encerrou um período que se iniciou com o golpe de Estado em 2009, que derrubou o governo eleito de Manuel Zelaya. A vitória do partido Libre foi saudada como a volta da esquerda ao poder.

No Chile, a particularidade da vitória de Boric, também saudado como um feito das esquerdas, está em que teve, como antecedentes, as convulsivas manifestações de 2019, e a eleição de uma Assembleia Constituinte, em maio de 2021. As massas foram selvagememente reprimidas pelo governo de centro-direita de Piñera, sem que a violência contrarrevolucionária pudesse derrotá-las. A disputa eleitoral, inclusive, ocorreu com inúmeros presos políticos, cujas detenções se deram em plena luta de rua.

A tendência à generalização do movimento de massa, apoiado em assembleias populares, isolou o governo Piñera, e indicou o caminho de sua derrubada pela ação direta. O que dependia de uma direção revolucionária, capaz de unir a maioria oprimida em torno à política do proletariado. A sua ausência facilitou que as esquerdas reformistas, centristas e oportunistas abrissem uma divisão no movimento, afunilando a luta para a convocação da Assembleia Constituinte. Fato esse que manteve a classe operária à margem, bem como setores mais radicais da classe média urbana e da nacionalidade Mapuche, o que fortaleceu as camadas urbanas democratizantes.

Nesses marcos, se realizaram as eleições. Sucumbiu o can-

didato de Piñera, e emergiram Kast, de ultradireita, e Boric, de esquerda reformista. A maioria rejeitou as posições pinochetistas de Kast, mas não pôde constituir um governo que expressasse a revolta popular. Ao contrário, Boric representa a divisão e o desvio da luta direta por reivindicações contrárias às heranças da ditadura de Pinochet, à incapacidade dos governos democratizantes da Concertação em atendê-las, e às medidas neoliberais do governo de centro-direita, derrotado nas eleições.

O novo governo, sem poder se apoiar nas camadas mais avançadas dos explorados e da juventude oprimida, nasce sob a dependência dos partidos burgueses de centro-esquerda e centro-direita. Não tardará para que se evidencie a impotência do nacional-reformismo pequeno-burguês, diante do grande capital, do imperialismo, e dos explorados, esmagados pela pobreza e miséria crescentes.

Essas são as razões pelas quais o Comitê Construtor do POR no Chile e o Comitê de Enlace se empenharam em desmascarar a farsa de que o país estava, entre a volta do fascismo e a preservação da democracia. O fracasso do governo Boric desencantará as massas, mais cedo do que podemos esperar. Essa tem sido a experiências com os governos nacional-reformistas, que não puderam contar um impulso mundial do comércio. A crise econômica não cederá caminho tão rapidamente, de forma que, sem uma poderosa retomada do crescimento, não haverá margem de manobra governamental diante das massas, que se lançaram contra Piñera.

A defesa do voto nulo pela seção chilena do Comitê de Enlace correspondeu à luta pela independência política dos explorados, e preservação do curso das mobilizações e da organização da vanguarda combativa, por meio das Assembleias Populares e comitê de base. Correspondeu às reivindicações que desencadearam as multitudinárias manifestações de 2019. Correspondeu à necessidade de evidenciar o lugar de Boric na divisão do movimento. Correspondeu às condições objetivas de desintegração do capitalismo, e o imperativo de travar a luta anti-imperialista, como parte do programa e da estratégia revolucionários do proletariado. E correspondeu ao caminho da luta de classes, por meio do qual vem sendo construído o partido marxista-leninista-trotskista.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Argentina

Para que se vão todos, precisamos expulsá-los com nossos próprios métodos de luta, com nossa política

É necessário um profundo balanço da rebelião popular que provocou uma das crises políticas mais profundas da história. Uma crise de poder. A burguesia já não podia conter a rebelião cada vez mais generalizada dos oprimidos e não encontrava uma saída.

O governo da Aliança (De la Rúa / Chacho Álvarez) havia assumido dois anos antes, com a ilusão popular de reverter todos os desastres provocados pelo menemismo. Mas, foi sua continuidade. Era a aliança entre o peronismo “progressista”, que rompeu com o Partido Justicialista, e o radicalismo, conformando uma frente antimenemista.

Um ano antes, o FMI teve participação ativa na “blindagem” do governo de De la Rúa, provocando um enorme incremento da dívida externa, para evitar o calote da dívida, e condicionando o empréstimo à implementação de reformas antipopulares contra o sistema de saúde e aposentadorias, ratificando a redução de salários dos funcionários públicos e o abandono das obras públicas. O FMI, o capital financeiro, foi responsável pelo desastre econômico e financeiro, que destruiu a economia, para benefício do parasitismo bancário e de um punhado de empresas. Depois de 20 anos, estamos diante do mesmo problema.

Foi uma rebelião contra a destruição de milhões de empregos, o saque de todas as empresas do Estado, dos recursos naturais e a poupança da classe média. A dívida externa era asfixiante, e o FMI impunha uma política econômica para garantir seu pagamento.

“Que se vão todos” não pôde concretizar-se. Mudaram 5 presidentes em uma semana, e o quinto teve de abandonar o cargo antes do previsto, mas a burguesia pôde finalmente sair da sua crise política. A extraordinária e prolongada luta dos oprimidos terminou mudando um governo burguês por outro. A arremetida das massas foi desviada para o terreno eleitoral e as ilusões no novo governo, que “começaria a apagar o incêndio”.

Confluíram a classe operária, empregados e desempregados, a classe média e os jovens. Foi um levante nacional, radicalizado, que buscava um caminho independente para terminar com a situação em que se vivia.

Começou muito antes, especialmente com os movimentos dos trabalhadores desempregados, piqueteiros que jogaram um grande papel na luta de classes, aplicando métodos de ação direta das massas, bloqueando estradas, pontes, acessos, e sitiando cidades.

A resposta formidável ao plano de ajuste de López Murphy, em fevereiro desse ano, obrigou-o a renunciar, 15 dias depois de assumir. Os planos de Cavallo, com novos ajustes e o *corralito*, foram o estopim, para que a classe média se mobilizasse contra os bancos, exigindo sua poupança. Foi o golpe final para Cavallo, que durou 9 meses no ministério, e também para De la Rúa.

A classe operária não interveio como direção dos oprimidos com sua política, por essa razão, os oprimidos não

puderam disputar o poder. Por um lado, a classe estava profundamente debilitada pela perda de empregos; por outro, suas organizações sindicais, nas mãos da burocracia, fizeram todo o possível para bloquear a luta conjunta dos oprimidos, evitaram tomar em suas mãos a luta contra o desemprego e, principalmente: a classe operária não contava com seu partido revolucionário, que desse expressão consciente a essa rebelião, de modo a orientá-la para a estratégia revolucionária. Esta tarefa histórica continua pendente.

As respostas da esquerda democratizante não superaram seu eleitoralismo e a formulação de saídas burguesas diante da crise, como a insistência na convocação de constituintes. Foram um obstáculo para a evolução política das massas em luta, porque seus valiosos militantes eram parte ativa da vanguarda na luta, mas desarmados politicamente.

Por que hoje não ocorre uma luta generalizada como daquele momento, quando a situação das massas é tão dramática, com forte retrocesso nas condições de vida e trabalho? Por um lado, porque um setor importante das massas ainda conserva ilusões de que este governo poderá resolver seus problemas, embora essa ilusão se esteja enfraquecendo. Por outro lado, porque toda a burocracia sindical apoia incondicionalmente o governo, e as organizações mais massivas de desempregados também apoiam o governo. A incapacidade do governo para responder aos graves problemas da maioria levará a uma crescente mobilização e luta, mesmo com o bloqueio dos aparatos.

É necessário nos prepararmos para uma luta como a que fizemos, aprendendo com os erros e limitações, para levá-la até o final, para que essa luta não seja expropriada por alguma variante capitalista.

Hoje, como há 20 anos atrás, não há nenhuma possibilidade de reformar o capitalismo em desagregação e apodrecimento. Estamos vivendo uma época de contrarreformas, de ataque generalizado aos direitos conquistados nos últimos 100 anos.

Hoje, como há 20 anos atrás, está colocada a luta consequente em defesa das condições de vida e trabalho, dos empregos e contra a precarização trabalhista, dos salários e das aposentadorias, por trabalho a todos; em defesa da Educação e Saúde públicas.

Luta essencial, que se combina com a luta pelo desconhecimento e não pagamento da dívida externa; pela recuperação de todos os setores vitais da economia, dos portos e vias navegáveis, das fábricas fechadas. Para garantir a comida na mesa de todos os lares, é necessário expropriar os monopólios da alimentação, os latifundiários, impor o monopólio estatal do comércio exterior, e a nacionalização dos bancos. Medidas que permitirão planejar a economia e responder às necessidades da maioria oprimida.

Medidas que só podem ser impostas pela luta generalizada dos oprimidos, dirigidos pela classe operária, pela sua

política, pela sua estratégia de revolução e ditadura proletária. Não há outra saída, não há outra via. Não será mediante eleições, de leis ou constituintes, que se resolverão os graves problemas. Os oprimidos devem confiar exclusivamente em seus próprios métodos de luta e organização, em sua própria política, independente dos partidos patronais.

Na Argentina, a classe operária e os oprimidos protagonizaram lutas heroicas, que sacudiram o regime. Contudo, essas lutas concluíram frustradas, a burguesia pôde recompor sua dominação.

E o poder continua nas mãos do grande capital e do imperialismo, dos mesmos que promoveram a última ditadura, uma ultra minoria mais concentrada e centralizada que antes. Não há nada que comemorar os 38 anos de democracia burguesa (democracia que acoberta a ditadura do capital). O que temos de defender são as liberdades democráticas, conquistadas contra a ditadura, e que a burguesia ameaça o tempo todo.

Hoje, como há 20 anos atrás, está colocada a necessidade de resolver a crise de direção política, construir o partido revolucionário, tarefa histórica não resolvida, em que o POR está empenhado.

Para que se vão todos, temos de expulsá-los, com a ação direta das massas, para acabar com os saqueadores, entre-guistas, contrabandistas, com aqueles que pagam religiosamente as dívidas que não são nossas, para acabar com o parasitismo dos latifundiários, banqueiros e um grupo de empresários, que nos empurram à miséria. Para acabar com toda a burocracia sindical apodrecida, correia de transmissão dos empresários. O caminho é a revolução social, acabar com a ditadura do capital, expropriar os grandes meios de produção e socializá-los, pôr em pé um governo operário e camponês, da maioria oprimida da cidade e do campo, retomando o caminho da rebelião popular de 2001.

(Extraído do Jornal Massas, nº 407, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Intervenção da Rússia no Cazaquistão

Tínhamos acabado de redigir a nota internacional sobre o conflito dos Estados Unidos com a Rússia em torno à Ucrânia, quando o governo do Cazaquistão recorreu a Putin para auxiliar no esmagamento da revolta popular. Segundo informações, dezenas de manifestantes foram assassinados pelas forças policiais e militares do governo cazaquistânês.

O levante foi motivado pelo aumento dos combustíveis, direitos sociais e liberdades democráticas. O fato de a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) ter enviado, pela primeira vez, forças militares, para conter a rebelião da população, indica as profundas tendências à luta de classes na região, que formava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A OTSC foi constituída assim que desabou a URSS, impulsionando o processo de restauração capitalista. Trata-se de um instrumento de opressão nacional, manejado pela Rússia.

A classe operária mundial e a sua vanguarda com consciência de classe devem rechaçar o massacre dos revoltosos e a intervenção ditatorial do governo russo. Os oprimidos cazaquistâneses sentem na carne a gravidade da crise mundial de direção revolucionária, e pagam caro pela destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Comoções como essa mostram um Cazaquistão assentado

em uma vasta riqueza petrolífera, que serve apenas aos interesses da oligarquia dominante. A restauração capitalista se volta contra a população, que não vê outra saída, senão se rebelar e enfrentar o banho de sangue.

Essas contradições ensinarão aos explorados, não só do Cazaquistão, mas de toda a região controlada pela burocracia restaura-

cionista da Rússia, que é preciso recuperar as conquistas da revolução de Outubro de 1917, e da edificação da avançada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.



LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Ucrânia

Somente o programa próprio da classe operária pode garantir a autodeterminação da nação oprimida

Em dezembro, divisões russas, compostas por batalhões de infantaria, artilharia e blindados passaram a se posicionar ao longo da fronteira com a Ucrânia, chegando a totalizar ao menos 70 mil militares, com alegações por parte da inteligência estadunidense de que outros 105 mil ainda seriam posicionados, até janeiro. Essa foi a segunda mobilização militar coordenada pela Rússia na fronteira entre os dois países no ano de 2021 – tendo a primeira ocorrido em abril e sido menos numerosa – e é uma resposta direta ao avanço das negociações, entre o governo pró-imperialista de Zelensky e a OTAN, objetivadas em garantir o ingresso da Ucrânia na aliança militar do Ocidente. Ainda que o Kremlin tenha anunciado, em 25 de dezembro, a retirada parcial de tropas (10 mil militares) da fronteira, e aguarda o encontro com representantes da OTAN, que ocorrerá em meados de janeiro, é pouco provável que se estabeleça uma tendência permanente de reversão das tensões no Leste Europeu. Isso, pois, esse foi apenas mais um episódio da disputa entre as potências imperialistas do Ocidente e a burocracia restauracionista do Kremlin, para assegurar sua influência sobre os países do Leste Europeu e Cáucaso, que, no caso particular da Ucrânia, ganhou maiores proporções, após a queda do governo pró-Rússia de Yanukovich, a anexação da Criméia pela Rússia, e a eclosão da guerra civil no leste da Ucrânia, em 2014.

O aprofundamento do processo de decomposição capitalista, caracterizado pela tendência de estagnação das forças produtivas em nível mundial, e de desindustrialização das maiores potências imperialistas, ao longo das últimas décadas, tem dissolvido as bases para o “multilateralismo”, e levado a uma política cada vez mais agressiva, por parte das potências, em direção à expansão de suas zonas de influência e controle dos mercados. Nesse contexto, é de grande interesse das potências que dirigem a União Europeia, sobretudo França e Alemanha (que mantêm cerca de 60% de suas exportações direcionadas aos países do bloco), a aproximação com as ex-repúblicas do bloco socialista, algo que vem sendo feito desde a restauração capitalista no Leste Europeu. A Ucrânia, em particular, encontra-se em uma posição estratégica, pela sua proximidade geográfica com a Rússia, e é de interesse das potências imperialistas, o uso de seu território para a implantação de instalações militares e sistemas antimísseis, como tem sido feito na Polônia e nos países bálticos.

O interesse russo no leste europeu, por sua vez, parte da tentativa de preservar (ou restabelecer) sua influência sobre as ex-repúblicas soviéticas. O antigo Império Russo era um país atrasado, em comparação com as demais potências europeias, mas se encontrava na condição de uma potência regional, capaz de manter o subjugamento das nações vizinhas, e reivindicar sua parte na partilha do mundo, durante a primeira guerra imperialista. Após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a burocracia restauracionista se preservou no poder da Rússia – que herdou grande parte do arsenal militar soviético – e, para se manter nessa condição, frente à ofensiva

imperialista pela instalação de governos títeres burgueses nos ex-estados burocratizados do leste europeu, necessita retomar a mesma política imperialista do antigo Império Russo.

Assim, a Ucrânia, junto aos demais países do leste europeu e do Cáucaso, se encontram entre o subjugamento das potências imperialistas do Ocidente, de um lado, e da Rússia, controlada pela burocracia restauracionista do Kremlin, do outro. Desde 2014, a Ucrânia vivencia o acirramento da disputa interna entre os grupos pró-imperialistas, que se estendem, da direita liberal, até a extrema direita neonazista, e os grupos pró-Rússia, aliados da burocracia do Kremlin, que levou à divisão do país por meio de uma guerra civil. Nesse processo, organizações reformistas, estalinistas e centristas têm tomado partido, em torno de uma dessas posições, que só tendem a sufocar o direito de autodeterminação da nação ucraniana, e descarregar o peso da decomposição capitalista sobre os explorados.

Desde sua origem, a maioria nacional oprimida da Ucrânia esteve sob jugo do império russo. Sua autodeterminação só foi conquistada por meio da revolução proletária, iniciada em 1917, a partir da qual, por livre consentimento, integrou a recém-formada URSS, em 1922. A degeneração estalinista

Quando, em 1939, a burocracia estalinista cogitou utilizar o território Ucraniano como moeda de troca, a fim de evitar o choque direto com a Alemanha Nazista, a IV Internacional respondeu, erguendo a bandeira Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente. Desde o acirramento da crise na Ucrânia em 2014, o POR tem retomado essa bandeira como o único meio de expressar a defesa da independência política do proletariado ucraniano, frente à ofensiva das potências do leste e oeste sobre seu país.

eliminou a autonomia do país e das demais repúblicas soviéticas, que, após a restauração, se mantiveram satélites da Rússia, ou tiveram a implantação de governos títeres pró-imperialistas. Essa experiência histórica demonstra que somente um programa próprio da classe operária pode garantir a autodeterminação nacional da Ucrânia, tendo como estratégia a revolução e ditadura proletárias. Quando, em 1939, a burocracia estalinista cogitou utilizar o território Ucraniano como moeda de troca, a fim de evitar o choque direto com a Alemanha Nazista, a IV Internacional respondeu, erguendo a bandeira *Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente*. Desde o acirramento da crise na Ucrânia em 2014, o POR tem retomado essa bandeira como o único meio de expressar a defesa da independência política do proletariado ucraniano, frente à ofensiva das potências do leste e oeste sobre seu país.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

VII Congresso do PC (b)R

O VII Congresso se realizou entre 6 e 8 de março de 1918. Foi o primeiro, depois da revolução Outubro de 1917. Sua convocação, quatro meses após a tomada do poder pelos bolcheviques, estava repleta de comções. As divergências em torno à paz de Brest-Litovsk, que se iniciaram na segunda metade de dezembro de 1917, percorreram janeiro e fevereiro de 1918, cujo acordo foi assinado em 3 de março, desembocaram no VII Congresso. Foi o primeiro embate pós-revolução que estremeceu o partido bolchevique. A posição de Lênin, que, no início do processo de negociação com as forças militares do imperialismo, esteve em minoria, e que passou a ser maioria no transcurso do acirrado embate com Bukharin e Trotsky, chegou ao Congresso triunfante. A importância de sua discussão e aprovação dos fundamentos táticos elaborados por Lênin passavam, assim, a constituir um fator fundamental na nova etapa de constituição do programa bolchevique. Eis por que constaram do Congresso, a revisão do programa e a mudança do nome do partido.

No *Informe Político do Comitê Central*, Lênin assenta o marco dos novos problemas programáticos que o partido e o recém-nascido Estado soviético teriam de enfrentar. Eis: *“A revolução socialista está em uma situação completamente distinta. Quanto mais atrasado é o país que, devido aos vaivéns da história, foi o que começou a revolução socialista, mais difícil é para esse país passar das velhas relações capitalistas às relações socialistas”*. Esse marco consta de dois problemas fundamentais, de um lado, o caráter da revolução em um país de capitalismo atrasado; de outro, o cerco imperialista. Em síntese: 1) *“A diferença entre uma revolução socialista e uma revolução burguesa está em que, no segundo caso, existem formas estabelecidas de relações capitalistas, enquanto que o poder soviético, proletário, não herda essas relações estabelecidas, assim não conta com as formas mais desenvolvidas do capitalismo, que, estritamente falando, abarcavam apenas uma pequena camada superior da indústria, e chegavam insignificamente na agricultura”*; 2) *“Se conseguimos acabar tão facilmente com os bandos de Kerenski, se instauramos com tanta facilidade o poder em nosso país, se obtivemos sem a menor dificuldade decretos sobre a socialização da terra e o controle operário, se tudo isso foi tão fácil, se deveu somente a uma afortunada combinação de circunstâncias, que nos protegeu do imperialismo internacional por pouco tempo. O imperialismo internacional, o poderio de seu capital,*

com sua máquina militar altamente organizada, que representa uma verdadeira força, um verdadeiro baluarte do capital internacional, em nenhum caso, em nenhuma situação, pode viver ao lado da República Soviética, tanto pela sua situação objetiva, como pelos interesses econômicos da classe capitalista que o encarnava (...). Aqui, o conflito era inevitável. Aqui reside a maior dificuldade da revolução russa, seu maior problema histórico: a necessidade de resolver os problemas internacionais, a necessidade de defender a revolução mundial, a necessidade de passar nossa revolução, como revolução limitadamente nacional, à revolução mundial”.

As formulações dirigidas às tarefas imediatas, como início do processo de transição do capitalismo ao socialismo, nas condições de país atrasado, e às estratégicas, voltadas à luta mundial do proletariado, constituíam a base para a reformulação do programa original, que levou os bolcheviques ao poder. A transformação qualitativa da situação e as grandiosas tarefas internas e externas impunham também mudanças no próprio partido. As divergências assumiam outras características, distintas do período pré-revolucionário. Havia, portanto, que observar a relação entre a revisão do programa e o funcionamento partidário.

Explica Lênin: *“A garantia de que não nos destrocemos em torno aos problemas está em que, em vez de aplicar os velhos métodos de resolver as velhas diferenças entre grupos, o velho método de editar uma quantidade enorme de escritos, de ter muitas discussões e cisões, em lugar desse velho método, os acontecimentos nos deram um novo método de aprender esse método. Esse método é o de submeter tudo à prova dos fatos, dos acontecimentos, das lições da história mundial (...). Devemos estar preparados para dificuldades extraordinárias, para derrotas extraordinariamente graves, que são inevitáveis, porque a revolução na Europa ainda não começou, ainda que possa começar amanhã; e, quando começar, então, naturalmente, não estaremos atormentados por dúvidas, já não se colocará o problema de uma guerra revolucionária, somente haverá uma ininterrupta marcha triunfal (...). O que agora ocorre não se parece com as velhas discussões pré-revolucionárias, que ficaram dentro dos estreitos círculos partidários, agora, todas as resoluções são submetidas à discussão das massas, que pedem que sejam comprovadas pela experiência, pelos fatos, que nunca se deixam levar por frases fáceis, nem se deixam desviar do caminho traçado pelo curso objetivo dos acontecimentos”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)